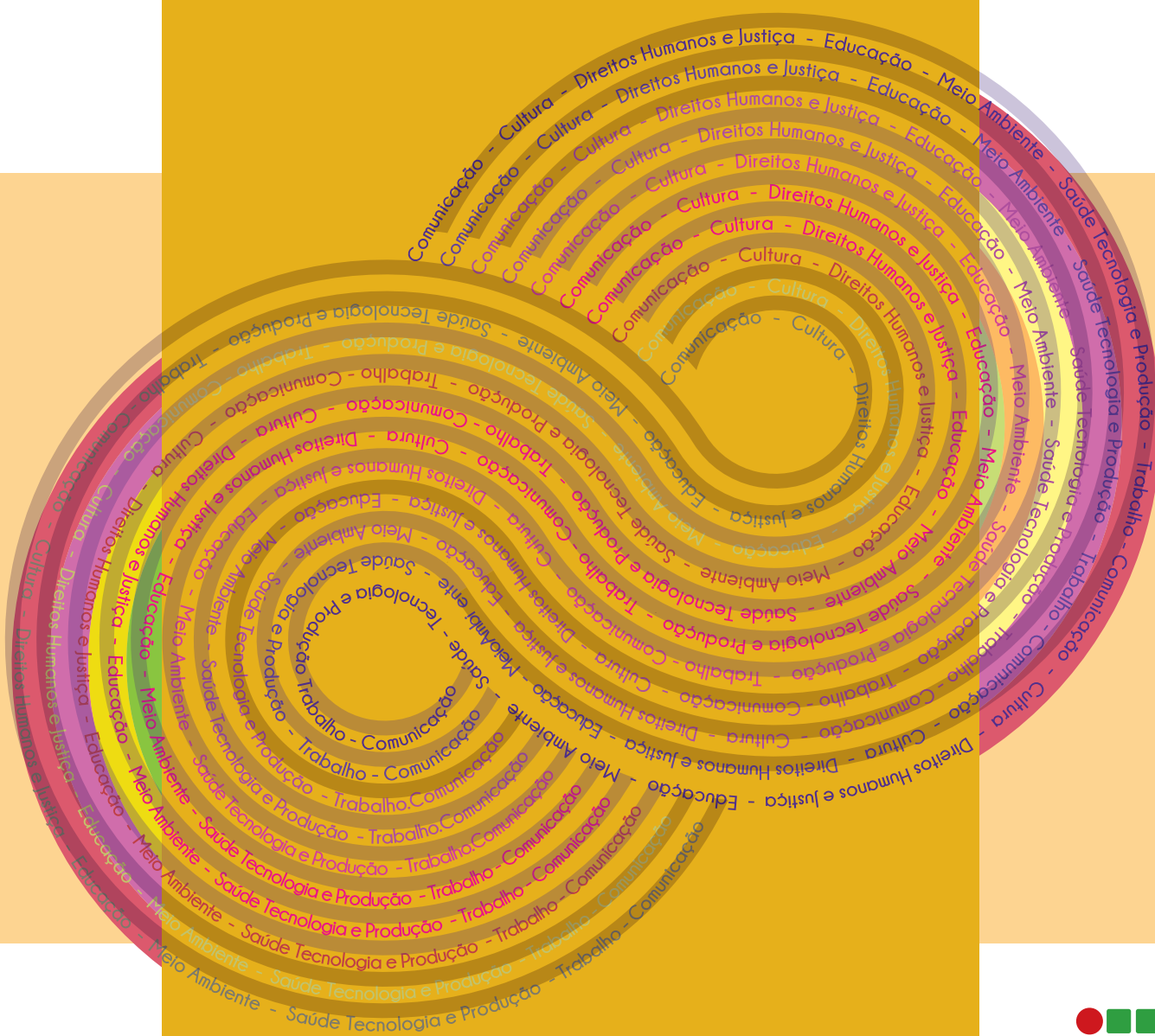


ISSN 2595-9123

revista Compartilhar

v.8 - 2025

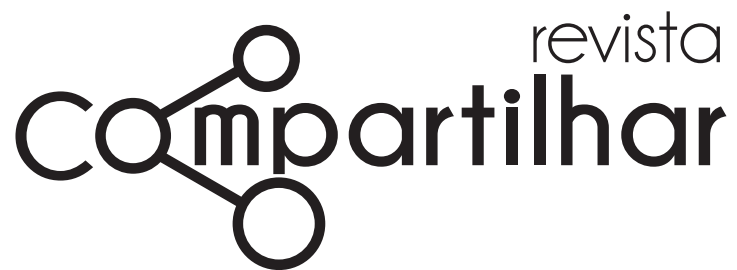


Edição Especial
Artigos e Relatos
relacionados à
Sustentabilidade

Revista de Extensão
do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo


**INSTITUTO
FEDERAL**
São Paulo

ISSN 2595-9123



**Edição Especial – Artigos e Relatos
relacionados à Sustentabilidade**

v.8 – 2025

REVISTA **COMPARTILHAR**

Edição Especial – Artigos e Relatos relacionados à Sustentabilidade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Reitor

Silmário Batista dos Santos

Chefe de Gabinete

Ricardo Agostinho de Rezende Junior

Pró-Reitor de Administração

Edmur Frigeri Tonon

Pró-Reitor de Ensino e Políticas Estudantis

Juliana de Carvalho Pimenta

Pró-Reitor de Pesquisa E Pós-Graduação

Adalton Masalu Ozaki

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Bruno Nogueira Luz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Rafael Alves Scarazzati

Diretora de Desenvolvimento Extensionista

Luciana Harumi dos Santos Sakano

Coordenadora de Formação Extensionista

Dyane Guedes Cunha

Diretora de Articulação Extensionista

Leylah Marques

Coordenador de Ações Socioculturais

Thiago Rodrigues Schulze

Diretora de Equidade e Ações Comunitárias

Mariana Bertolotti Alves Pereira

Diretor de Cooperação e Sustentabilidade

Rodrigo de Benedictis Delphino

EQUIPE EDITORIAL

Cynthia Lushien Shieh

Dyane Guedes Cunha

Elaine Aparecida Campideli Hoyos

Luciana Harumi dos Santos Sakano

Simone Maria Magalhães Melean

Diretor de Comunicação

Fábio Luis Cabral

Revisão

André de Freitas Simões

Priscila Segantini Varaschin

Projeto Gráfico

Tiago Valentim

Diagramação

Audrei Aparecida Franco de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez

Marcelo Bernardino Araujo

Rodrigo de Benedictis Delphino

Thiago Rodrigues Schulze



Compartilhar: revista de extensão do IFSP /
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecno-
logia de São Paulo. Edição especial, v.8 (2025)
- São Paulo: IFSP, 2025.
69 p. : il. ; 29,7 x 21.

Anual

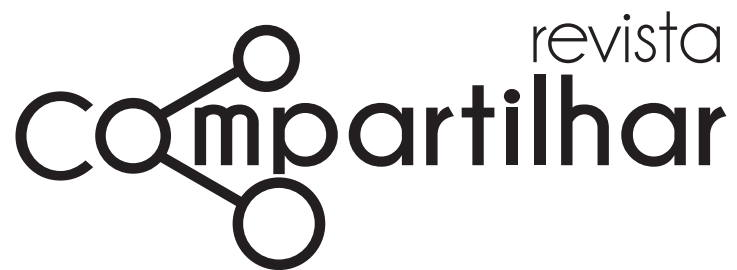
Publicado como revista eletrônica.

ISSN: 2595-9123

1. Educação. 2. Extensão I. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. II. Título

CDD 370

ISSN 2595-9123



**Revista de Extensão
do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de São Paulo**

**Edição Especial – Artigos e Relatos
relacionados à Sustentabilidade**

v.8 – 2025

EDITORIAL

Prezado(a) Leitor(a),

É com imensa satisfação que apresentamos esta edição da Revista Compartilhar, uma iniciativa da Diretoria de Cooperação e Sustentabilidade do IFSP, que celebra os avanços e a crescente relevância da temática da sustentabilidade em nossa instituição e em nossas redes de colaboração.

Nos últimos anos, o IFSP tem se consolidado como um **polo de extensão, inovação e pesquisa** em sustentabilidade, impulsionado pela visão estratégica da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Nossas **parcerias estratégicas** com outras instituições de renome e o **ingresso em redes de sustentabilidade do Brasil e do Exterior** têm sido cruciais para expandir nosso alcance e aprofundar nosso impacto. Essa abordagem colaborativa nos permite não apenas compartilhar conhecimentos, mas também gerar soluções práticas e transferir tecnologias que beneficiam a sociedade.

Nesta edição, destacamos a riqueza dos projetos colaborativos e das pesquisas conjuntas que floresceram dessas parcerias. Vocês terão a oportunidade de explorar estudos que abordam desde a Agenda 2030 através de ações de extensão, passando pela segurança alimentar através do modelo de agroflorestas e a formação de agentes de educação ambiental que trabalham a problemática dos resíduos sólidos. Cada texto é um reflexo do nosso compromisso em promover a sustentabilidade como um valor intrínseco à formação dos estudantes e comunidade externa.

Esperamos que esta leitura inspire novas ideias, fomentando futuras colaborações e reforce o papel do IFSP como agente de mudança na construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

Cordialmente,

Rodrigo de Benedictis Delphino

Diretor de Cooperação e Sustentabilidade
PRX-IFSP

SUMÁRIO

Edição Especial – Artigos e Relatos relacionados à Sustentabilidade

- 7 – 13 AGRICULTORA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE MULHERES NO VALE DO RIBEIRA**
Fernanda Cristina dos Santos Tibério, Heloisa Santos Molina Lopes,
Juliana Cesário Aragi, Paula Larangeira Garcia Martins
- 14 – 20 AGROFLORIF: UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM A CÉU ABERTO**
Bruna Stuqui, Gabriela Salvador de Amo,
Gustavo Bomfim Rodrigues, Rafaela de Souza Barbosa
- 21 – 27 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NA AGENDA 2030: ESTUDO SOBRE ODS MAIS DESENVOLVIDOS NO CEFET-RJ**
Ana Beatriz Dutra Santos Pereira, Aline Guimarães Monteiro Trigo,
Claudia Fragelli, Úrsula Maruyama
- 28 – 30 DIÁLOGOS SOCIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE**
Osvaldo Manuel da Silva, Edvania de Oliveira Ferreira,
Abna Loa Nancofé, Prof.ª. Dr.ª. Sâmia Nagib Maluf
- 31 – 36 FORMAÇÃO DE AGENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO IFSP SÃO ROQUE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE EXTENSÃO**
Rachel Andriollo Trovarelli, Fernanda Asseff Menin
- 37 – 43 GESTÃO ESTRATÉGICA E AGENDA 2030 DA ONU: CONTRIBUIÇÕES DA DISAI E PARCERIAS PARA A EXTENSÃO NO CEFET-RJ**
Aline Guimarães Monteiro Trigo, Claudia Fragelli,
Valéria Pereira, Úrsula Maruyama
- 44 – 49 IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA ESCOLAR NO IFSP – CAMPUS ITAQUAQUECETUBA**
Débora Cavalcante da Silva, Sidinei Roberto Nobre Júnior,
Cecília Midori Ikegami
- 50 – 59 INTEGRAÇÃO ENTRE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO VESTIBULANDO (INFOVEST) E CONGRESSO DE PROFISSÕES**
Reinaldo Tronto
- 60 – 69 PROJETO DE EXTENSÃO “LEIS 10.639/03 E 11.645/08: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”: RELATOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTADAS NAS ODS 4 E 10**
Ana Beatriz Maia Garcia, Priscila Elisabete da Silva

Artigos e Relatos relacionados à Sustentabilidade

R. Compartilhar São Paulo v.8 p.6-69 2025

<http://ojs.ifsp.edu.br>

AGRICULTORA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE MULHERES NO VALE DO RIBEIRA

Fernanda Cristina dos Santos Tibério¹

Heloisa Santos Molina Lopes²

Juliana Cesário Aragi³

Paula Larangeira Garcia Martins⁴

¹ Professora EBT, IFSP, Campus Registro, e-mail: fernanda.tiberio@ifsp.edu.br

² Professora EBT, IFSP, Campus Registro, e-mail: heloisa.molina@ifsp.edu.br

³ Nutricionista, IFSP, Campus Registro, e-mail: juliana.aragi@ifsp.edu.br

⁴ Professora EBT, IFSP, Campus Registro, e-mail: paulamartins@ifsp.edu.br

RESUMO: O curso “Agricultora Familiar de Base Agroecológica” foi desenvolvido para mulheres em situação de vulnerabilidade social no Vale do Ribeira, visando sua capacitação em práticas sustentáveis e geração de renda. Com abordagem interdisciplinar, o curso abordou agroecologia, economia feminista e gestão da produção, promovendo a autonomia econômica das participantes e fortalecendo a agricultura familiar na região. A metodologia combinou teoria e prática, valorizando os saberes locais e fomentando redes de apoio. Parcerias institucionais foram essenciais para a execução do projeto, que gerou impactos significativos na vida das estudantes e nas comunidades atendidas.

Palavras-chaves: Agroecologia, agricultura familiar, mulheres rurais, economia feminista, capacitação, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: The “Agroecological-Based Family Farming” course was developed for women in vulnerable social situations in the Vale do Ribeira region, aiming to enhance their skills in sustainable practices and income generation. With an interdisciplinary approach, the course covered agroecology, feminist economics, and production management, promoting the participants’ economic autonomy and strengthening family farming in the region. The methodology combined theory and practice, valuing local knowledge and fostering support networks. Institutional partnerships were crucial for the project’s implementation, which generated significant impacts on the students’ lives and the communities involved.

Keywords: Agroecology, family farming, rural women, feminist economics, capacity building, sustainable development.

INTRODUÇÃO

O curso *Agricultora Familiar de Base Agroecológica* fez parte do Programa Mulheres do IFSP e do Projeto *Qualificação e Inclusão Socioprodutiva de Mulheres no Estado de São Paulo*, coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFSP. O objetivo foi qualificar mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes em 13 municípios do estado, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (IFSP, 2021). A equipe técnica do IFSP, composta por docentes e técnicos, foi responsável pela execução do projeto, com apoio da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM).

A formação foi idealizada para atender agricultoras do Vale do Ribeira, região no sul de São Paulo, que abriga uma grande parte do rema-

nescente de Mata Atlântica e áreas de conservação ambiental. A região conta com 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 24 comunidades Guaranis e 66 comunidades quilombolas (IBGE, 2022). Muitas dessas propriedades funcionam como moradia ou para subsistência, e a preservação da biodiversidade local é uma preocupação constante. Essa região, com rica biodiversidade e com presença de comunidades tradicionais, também enfrenta desafios, como o isolamento social, a escassez de recursos tecnológicos e a desigualdade de gênero. As mulheres da região desempenham papel crucial na produção agrícola, mas enfrentam barreiras significativas para o reconhecimento econômico e social de seu trabalho.

A escolha do público feminino reflete a necessidade de capacitar essas mulheres para o processo de transição agroecológica, adequando seus produtos às tecnologias de produção agroecológica e orgânica. A parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (COOPAFASB) foi essencial para alinhar o curso às práticas locais e aos valores da economia feminista, que reconhece o trabalho invisibilizado das mulheres e a importância das redes de apoio.

A formação teve como eixo central a transição agroecológica, abordando desde os princípios da agroecologia até a gestão da produção e a comercialização de alimentos. Utilizando a pedagogia da alternância (Brasil, 2023), as participantes puderam aplicar diretamente os conhecimentos adquiridos em suas propriedades, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo a cooperação comunitária.

O curso se destacou pela abordagem interdisciplinar e inclusiva, abordando temas como relações de gênero, políticas públicas para a agricultura familiar e técnicas sustentáveis de produção. Seu objetivo foi capacitar as mulheres para o manejo sustentável dos recursos naturais e o empoderamento econômico, promovendo uma transformação social e econômica nas comunidades. Este relato apresenta as atividades, metodologias e resultados, destacando a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao empoderamento das mulheres no campo.

Destinado às mulheres agricultoras da região de Registro, tanto rurais quanto urbanas, o curso abordou temas como produção agroecológica, economia feminista e gestão da produção.

Seu objetivo geral foi promover o empoderamento e a valorização do trabalho feminino no campo. Os objetivos específicos incluíram uma reflexão crítica sobre as relações de gênero no meio rural, o papel das mulheres na economia feminista, o conhecimento das políticas públicas de gênero para a agricultura familiar, o desenvolvimento

de habilidades de gestão e a capacitação na produção e transformação de alimentos sustentáveis e agroecológicos.

ATIVIDADES REALIZADAS

ESTRUTURA GERAL

O curso foi estruturado para capacitar agricultoras familiares em agroecologia, com foco em produção orgânica e sustentável, empreendedorismo, cooperativismo e comercialização de produtos. A duração foi de cinco meses, com público-alvo de mulheres maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, com pouca escolaridade e residentes na região do campus. Priorizaram-se mulheres inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, chefes de família, vítimas de violência doméstica, com membros idosos ou com deficiência, ou em situação habitacional de risco.

No *campus* Registro, foram ofertadas 20 vagas, destinadas principalmente a mulheres do campo, assentadas e quilombolas, além de produtoras urbanas e periurbanas de Registro (Figuras 1 e 2). O projeto foi precedido por um processo de Busca Ativa, realizado em parceria com o CRAS e organizações locais, como SOF e COOPAFASB, para sensibilizar as candidatas e realizar o preenchimento da ficha de interesse.

Figura 1: Abertura do curso Agricultora familiar de base agroecológica



Crédito imagem: Fernanda Cristina dos Santos Tibério

Figura 2: Café de recepção e roda de conversa com as estudantes



Crédito imagem: Fernanda Cristina dos Santos Tibério

A seleção das participantes foi feita por meio de edital, seguindo as diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão e o PPC do curso. Todas as estudantes matriculadas receberam auxílio estudantil mensal de R\$ 150,00. O projeto também contou com uma discente bolsista de extensão, selecionada por edital, para apoio na comunicação e organização das atividades.

A execução formativa foi conduzida por uma equipe local composta por coordenadora, professores, técnicos administrativos e a estudante extensionista, com a participação de colaboradores externos. A equipe local foi responsável pelo planejamento, busca ativa das estudantes, definição da carga horária, organização de materiais e articulação interna e externa ao IFSP para garantir a realização das atividades.

Alinhada à economia feminista, a aula inaugural abordou os Direitos das Mulheres e a Lei Maria da Penha (Figura 3).

Figura 3: Aula inaugural sobre Direitos das Mulheres e a Lei Maria da Penha, ministrada por Carla Cristina Arnoni Almeida, advogada e Coordenadora Regional das Comissões da Mulher da OAB SP



Crédito imagem: Fernanda Cristina dos Santos Tibério

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso Agricultora Familiar de Base Agroecológica foi estruturado em quatro módulos: Gênero e Agricultura Familiar; Produção Agroecológica; Manipulação de Alimentos e Gestão e Comercialização. Cada módulo visou fortalecer habilidades essenciais para as participantes.

- Gênero e Agricultura Familiar: introduziu as relações de gênero no contexto rural, discutindo a divisão sexual do trabalho e o impacto do trabalho feminino na economia rural e na sustentabilidade.
- Produção Agroecológica: focou na transição para práticas sustentáveis, abordando agroecologia, manejo de solos, conservação hídrica e técnicas de cultivo e criação animal de baixo impacto ambiental.

- Manipulação de Alimentos: abordou boas práticas de fabricação, microbiologia, normas legais para o processamento e o armazenamento de alimentos, e garantias de qualidade, como embalagens, rotulagem e certificação orgânica.
- Gestão e Comercialização: capacitou as participantes para o planejamento e a gestão de seus negócios, com ênfase em empreendedorismo, comercialização, associativismo e cooperativismo para fortalecimento comunitário.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O curso Agricultora Familiar de Base Agroecológica seguiu os princípios da Educação do Campo, uma abordagem pedagógica que visa construir conhecimentos a partir das realidades e necessidades de trabalhadores rurais. A Educação do Campo, como esclareceu Fernandes (2004), não se restringe ao campo geográfico, mas reflete uma educação construída pelos sujeitos que nele vivem, levando em conta suas identidades, culturas e suas formas de organização do trabalho. Esse enfoque metodológico reconhece a importância de uma educação que não é apenas técnica, mas também transformadora, capaz de fortalecer o protagonismo das agricultoras familiares, resgatando sua identidade e seu papel no processo de produção de alimentos.

A proposta pedagógica alinhou-se à Educação do Campo como movimento político e pedagógico, buscando promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo, com uma abordagem interdisciplinar que integrou agroecologia, manipulação de alimentos, economia solidária e estudos de gênero. O objetivo foi capacitar as participantes para a transição agroecológica e fortalecer suas capacidades organizativas e políticas, ampliando sua participação no desenvolvimento rural.

Por isso, a metodologia adotada foi a da Pedagogia da Alternância, que articula teoria e prática, alternando momentos de ensino formal com experiências no campo (Ribeiro, 2008; Brasil, 2023). Essa abordagem foi fundamental para garantir que o aprendizado fosse contextualizado e relevante, considerando a diversidade das populações rurais. A Pedagogia da Alternância promoveu a integração entre Tempo Escola (atividades teóricas e práticas no campus) e Tempo Comunidade (aplicação do conhecimento nas propriedades e comunidades).

No Tempo Escola, as participantes realizavam aulas expositivas, dinâmicas de grupo, discussões e oficinas interativas. As atividades eram integradas aos módulos, como a oficina de Produção Agroecológica, em que as participantes aplicavam práticas de manejo sustentável com apoio técnico. As oficinas de manipulação de alimentos possibilitaram o

desenvolvimento de produtos agroecológicos para o mercado.

No Tempo Comunidade, as participantes aplicavam as técnicas em suas propriedades, experimentando práticas de cultivo agroecológico, manejo de solo, compostagem e conservação de alimentos. Além disso, o curso integrou atividades para melhorar as habilidades das participantes em áreas como informática, acesso à internet, matemática básica e preenchimento de documentos para acessar políticas públicas, superando as dificuldades tecnológicas comuns entre as trabalhadoras rurais.

A metodologia participativa do curso valorizou o saber popular das agricultoras, integrando-o aos conhecimentos técnicos. Inspirada em Paulo Freire, a abordagem dialógica incentivou as participantes a refletirem sobre suas práticas, bem como desenvolverem maior autoconfiança. As parcerias com a SOF e a COOPAFASB enriqueceram o aprendizado, aproximando as participantes da economia feminista e fortalecendo suas redes de apoio.

PARCERIAS E COLABORAÇÕES

O curso foi construído com base em parcerias estratégicas que tiveram um papel fundamental em executar as atividades e ampliar os impactos sociais e econômicos gerados. Essas colaborações foram essenciais para garantir que as ações do curso estivessem em sintonia com as necessidades das mulheres agricultoras da região.

A principal parceria estabelecida foi com a SOF, uma organização que se destaca pelo trabalho com a agroecologia como instrumento de emancipação das mulheres e transformação social (Nobre et al. 2015). A SOF foi responsável por implementar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Vale do Ribeira desde 2015, atendendo comunidades de mulheres agricultoras que acompanha e apoia até o momento, seja por meio da execução de contratos com o governo federal ou de projetos do terceiro setor. Essa parceria foi fundamental para fortalecer o curso, pois possibilitou o acesso das participantes a metodologias de produção agroecológica aliadas à perspectiva da economia feminista, além de fomentar a construção de uma rede de mulheres agroecológicas organizadas na região.

Além disso, o curso contou com a colaboração da COOPAFASB, uma cooperativa que é referência local na produção agroecológica e na comercialização de produtos orgânicos. A COOPAFASB contribuiu com seu vasto conhecimento e experiência no processo organizacional da produção e comercialização, ajudando a aproximar as participantes da realidade das cooperativas e da economia solidária. Sua atuação foi essencial para que as agricultoras do curso entendessem melhor as dinâmicas de mercado e a importância de ser agregado valor aos pro-

ductos agrícolas, por meio de práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental. Essa parceira também proporcionou a experiência das estudantes em visita de campo à propriedade rural de um cooperado que produz em Sistema Agroflorestal (SAF), bem como à cooperativa, onde puderam vivenciar um dia de trabalho e as formas de organização utilizadas (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Visita à propriedade de um dos cooperados da COOPAFASB



Crédito imagem: Herbert Silva Ribeiro

Figura 5: Visita à COOPAFASB



Crédito imagem: COOPAFASB

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Registro — Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (EDR-CATI), parceiro institucional do curso, desempenhou papel crucial ao aproximar as participantes das políticas públicas locais de apoio à agricultura familiar. O EDR forneceu informações sobre extensão rural e documentos necessários para garantir os direitos das agricultoras e facilitar a comercialização. Essa parceria também integrou as participantes com ações governamentais voltadas ao desenvolvimento rural.

A parceria com a Unesp (Universidade Estadual Paulista) — Campus Registro foi importante na organização de visitas de campo. A universidade ofere-

ceu suporte técnico, promovendo visitas a unidades de produção de mudas e a propriedades com Sistemas Agroflorestais (SAFs) (Figura 6). Nessas visitas, as participantes vivenciaram práticas de produção agroecológica e manejo de SAFs, que integram cultivos diversos com a preservação ambiental.

Figura 6: Visita ao Sistema Agroflorestal



Crédito imagem: Juliana Cesário Aragi

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Registro, garantiu-se o fornecimento de almoço às estudantes durante os dias de aula no IFSP, *Campus* Registro. Essas colaborações foram integradas, criando uma rede de apoio que impulsionou os resultados do curso. A articulação entre as instituições, aliada à experiência local, gerou uma sinergia que ampliou o impacto do projeto e fortaleceu a agricultura familiar agroecológica no Vale do Ribeira. As ações conjuntas também qualificaram a formação, focando no empoderamento das mulheres e em soluções práticas para a comercialização de produtos, essenciais à sustentabilidade econômica das comunidades.

RESULTADOS OBTIDOS

A execução do projeto envolveu várias instituições e gerou impactos significativos tanto para as alunas quanto para o *campus*, além de evidenciar desafios e soluções ao longo do processo. No início de 2023, o curso formou 17 mulheres que cumpriram todas as etapas previstas (Figuras 7 e 8).

Figura 7: Aula de Boas Práticas de Fabricação — atividade prática acerca de contaminação cruzada e higienização das mãos



Crédito imagem: Pâmela Silva Cabral

Figura 8: Finalização do curso e entrega dos certificados



Crédito imagem: Pâmela Silva Cabral

O principal resultado foi o impacto positivo para as estudantes, especialmente no fortalecimento de sua articulação e convivência com outras mulheres em situações semelhantes, como agricultoras familiares em contextos de vulnerabilidade social. Essa interação promoveu troca de experiências e apoio mútuo. Além disso, o projeto abriu novas oportunidades de aprendizado, como cursos oferecidos pelo SEBRAE, ampliando suas perspectivas educacionais e profissionais. Outro ponto positivo foi o retorno aos estudos, com algumas alunas já inscritas ou planejando se inscrever em vestibulares, demonstrando incentivo à continuidade educacional.

Para o *campus* do IFSP, o projeto abriu a possibilidade de atuação em uma nova área de relevância local: a agricultura familiar de base agroecológica. Apesar de não haver cursos nessa área anteriormente, o projeto concretizou essa demanda, fortalecendo a missão do *campus* de atender às necessidades regionais. Também favoreceu a articulação entre os servidores e o estreitamento de parcerias com diferentes instituições, aproximando o *campus* da comunidade e ampliando suas redes de apoio. O sucesso do projeto foi fruto da forte articulação com diversos parceiros, como a Prefeitura de Registro, que forneceu almoços para as alunas, e a UNESP — *Campus* Registro, que contribuiu com atividades práticas. A COOPAFASB também foi uma parceira relevante, viabilizando uma visita técnica à cooperativa. Além disso, colaborações com a EDR-Registro e a SOF enriqueceram as atividades teóricas e práticas. Essas parcerias foram fundamentais para o cumprimento das ações previstas.

O projeto incluiu iniciativas voltadas à organização de cooperativas, à inserção das alunas em políticas públicas de compras de alimentos e à formação de grupos de consumo consciente, com foco na promoção de produtos agroecológicos. Para garantir a continuidade do apoio às egressas, está em análise a elaboração de um projeto de extensão que possa dar sequência às atividades realizadas, atendendo à demanda das alunas por acompanhamento após o curso.

DESAFIOS ADMINISTRATIVOS, LOGÍSTICOS E BUROCRÁTICOS

Apesar dos avanços, algumas dificuldades foram enfrentadas ao longo do projeto. O processo de inscrição e matrícula revelou-se complicado para muitas participantes, especialmente aquelas com pouca familiaridade com a burocracia. A falta de experiência com esse tipo de procedimento gerou desgaste e atrasos, sobretudo no recebimento das bolsas.

As alunas também enfrentaram desafios no deslocamento até o *campus*, em razão da ausência de transporte público adequado. Esse fator contribuiu para uma evasão significativa no início do projeto. Embora houvesse tentativas de estabelecer parcerias com prefeituras e outras instituições para mitigar o problema, não se chegou a uma solução. Como consequência, foi necessário lançar um novo edital para preencher as vagas remanescentes, causando atraso no início das atividades e resultando em uma turma com apenas 17 alunas.

No *campus*, a ausência de previsão orçamentária para fornecer alimentação às alunas foi um obstáculo, assim como o não reconhecimento dos cursos FIC como parte da estrutura oficial do IFSP, o que limitou o *status* formal do curso.

Durante a realização do curso, surgiu a demanda por parte das estudantes de que suas unidades familiares de produção pudessem ser visitadas pela equipe que desenvolveu o curso e pelas outras estudantes. Essa demanda, convergente com os objetivos e práticas da pedagogia da alternância, não pôde ser atendida por falta de recursos para deslocamento, mas indicou uma possibilidade de aperfeiçoamento da proposta.

A maioria das ações planejadas foi realizada, incluindo o curso FIC, palestras, minicursos e visitas técnicas. Contudo, a feira de produtos agroecológicos não ocorreu, devido a preocupações da gestão quanto à legislação sobre o comércio de produtos no *campus*. Vale destacar que outras unidades do IFSP, como Matão e Avaré, têm experiências bem-sucedidas com feiras, que podem inspirar a realização de iniciativas semelhantes no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso “Agricultora Familiar de Base Agroecológica” foi fundamental para valorizar o trabalho das mulheres na agricultura familiar, permitindo que as participantes desenvolvessem competências em agroecologia e comercialização. Além disso, o curso incentivou a integração em redes de apoio e cooperação, promovendo a troca de saberes entre as agricultoras.

O projeto trouxe benefícios tanto para as alunas, com novas oportunidades de aprendizado e inserção social, quanto para o *campus*, que ampliou sua atuação na agricultura familiar agroecológica e fortaleceu a relação com a comunidade externa. As dificuldades, como transporte e burocracia, foram tratadas com soluções práticas, devido ao empenho da equipe.

Entre os desafios, destacou-se a adaptação do conteúdo para as necessidades das participantes, que possuíam escolaridade incompleta. A abordagem participativa e os encontros no Tempo Comunidade foram essenciais para superar essas dificuldades, proporcionando um ambiente de aprendizado adequado à realidade das agricultoras. Como resultado, as participantes adquiriram habilidades para aplicar técnicas agroecológicas e desenvolver autonomia na comercialização de seus produtos, fortalecendo a segurança alimentar e a sustentabilidade local.

O curso exemplifica a importância de políticas públicas para a autonomia econômica das mulheres rurais e o fortalecimento da agricultura familiar com enfoque em sustentabilidade e igualdade de gênero. Por fim, a continuidade de formações como essa contribuirá para consolidar uma economia rural mais justa, em que o trabalho das mulheres seja reconhecido e valorizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC [2002]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>. Acesso em 07 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012. 96 p. ISBN: 978.85.7994.062 – 0. Disponível em: https://prona-campo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em 07 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Qualificação e inclusão socioprodutiva de mulheres no Estado de São Paulo. São Paulo, SP: IFSP, [2021]. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Mulheres/Projeto_MulheresIFSP_SNPM.pdf. Acesso em: 07 de jan. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023**. Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília, DF: MEC [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>. Acesso em 07 jan. 2025.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência nacional por uma educação básica do campo – texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.134 - 145.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico da população. São Paulo: IBGE [2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=município>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MAIA, E. M. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9. 1982. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B2117ABC5-8A35-4700>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NOBRE, M.; MORENO, R.; SAORI, S. (Orgs.). **Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: SOF, 2015. Disponível em: <https://www.sof.org.br/territorios-da-cidadania/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KMVyD-jXDzMxS4FmpdR7tS6M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2024.

AGROFLORIF: UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM A CÉU ABERTO

Bruna Stuqui¹

Gabriela Salvador de Amo²

Gustavo Bomfim Rodrigues³

Rafaela de Souza Barbosa⁴

¹Doutora em Microbiologia, Professora EBT, IFSP, Campus Catanduva

²Professora EBT, IFSP, Campus Catanduva

³Bolsista e estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, IFSP, Campus Catanduva

⁴Bolsista e estudante do Curso de Licenciatura em Química, IFSP, Campus Catanduva

RESUMO: A preocupação com a degradação ambiental é crescente no meio científico, social e político, sendo necessárias mudanças no modo de pensar e agir da sociedade. Considerando que a agricultura convencional favorece a exaustão dos recursos naturais, o modelo de produção das agroflorestas emerge com grande potencial na segurança alimentar, preservação ambiental e bem-estar. O Projeto AgroflorIF há cinco anos se fortalece como instrumento formativo de construção e compartilhamento de conhecimento em preservação ambiental. Este relato exemplifica a articulação entre ensino, pesquisa e extensão com foco na educação agroecológica nos dois últimos anos, envolvendo ações dentro e fora da matriz curricular.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação transformadora, Agroflorestas.

ABSTRACT: Concerns about environmental degradation are gaining traction in scientific, social and political discourse, underscoring the need for changes in societal thinking and behaviour. As conventional agricultural practices contribute to the depletion of natural resources, the agroforestry production model has emerged as having significant potential for food security, environmental conservation and well-being. Over the past five years, the AgroflorIF project has strengthened its role as a formative tool for building and disseminating knowledge related to environmental conservation. This report exemplifies the articulation between teaching, research and extension with a focus on agroecological education over the last two years, involving activities both within and beyond the curriculum.

Keywords: Environmental education, Transformative education, Agroforestry.

INTRODUÇÃO

Uso do solo, produção de alimentos, desmatamento, perda de biodiversidade, poluição atmosférica e mudanças climáticas são complexos problemas ambientais discutidos globalmente que, de acordo com muitos autores, para que sejam revertidos, precisam de uma mudança radical nas formas de pensar e agir da sociedade (JACOBI, 2003; CAPORAL, 2009). Nessa perspectiva, surgem os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais, deliberados em 2015 na sede das Nações Unidas em Nova York, com compromisso de implementação até 2030. A Agenda 2030 busca o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental, a partir da parceria colaborativa entre os países interessados (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015).

Na agricultura, um dos setores responsáveis pela contaminação dos recursos naturais, aumento das emissões de gases e perda de biodiversidade (PINHO *et al.*, 2024), emergem os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como

aliados aos ODS. Os SAFs rompem o ritmo de um sistema convencional de produção de alimentos e apostam em um jeito simples de cultivar. Consistem em uma transição gradual de sistemas de cultivo pouco diversificados e de grande consumo energético para um sistema que reproduz a dinâmica natural dos ecossistemas, onde árvores e forrações são plantadas em associação com culturas agrícolas (EWERT *et al.*, 2016; BURG, 2021).

As agroflorestas favorecem o sequestro de carbono, diminuição da erosão, aumento da biodiversidade, regulação local do ciclo da água, melhoria das propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos, reciclagem de nutrientes, redução de fertilizantes e defensivos, redução da insolação e do impacto do vento, além de melhorar a qualidade de vida do produtor e gerar renda (GONÇALVES, 2016; SENAR, 2017). OS SAFs conciliam a produção florestal com a de alimentos, apresentando-se como uma alternativa de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (SENAR, 2017).

A fim de que esses avanços na direção de preservar o ambiente sejam alcançados, primeiramente, precisam ser encorajadas iniciativas educacionais que estimulem o pensamento crítico e participativo (KOCOUREK *et al.* 2018). A educação ambiental é uma prática político-pedagógica que pode sensibilizar transformações nas diversas formas de participação da sociedade (JACOBI, 2005). Kocourek *et al.* (2018) destacam o papel das instituições públicas em ações que estimulem a reflexão por mudanças de comportamento individual e coletiva. Peransoni (2016) defende que a educação ambiental deve envolver o grupo escolar como um todo, não somente uma disciplina, por meio de ações multi e interdisciplinares inseridas no cotidiano dos indivíduos, assim como previsto na Legislação Brasileira — Lei 9.795/1999 (BRASIL, 1999). Dessa forma, precisam ser ampliadas as práticas sociais com função transformadora, aquelas que fortalecem o acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora (JACOBI, 2003).

Na direção de promover ações sustentáveis no âmbito escolar, em 2019, um grupo de professoras tomou a iniciativa de utilizar uma área de solo altamente compactado e degradado do *Campus Catanduva* para cultivo de diferentes espécies vegetais, seguindo o modelo dos sistemas agroflorestais. Assim, estabeleceram parcerias, como com a Prefeitura Municipal que auxiliou no gradeamento e, hoje, esse espaço se transformou na AgroflorIF, a base do nosso Projeto de Extensão. Considerando a variedade de vantagens ambientais e sociais oferecidas por esse sistema de cultivo, o projeto tem explorado suas potencialidades como instrumento educacional de conscientização ambiental.

O SAF do *Campus Catanduva* se consolidou ao

longo dos anos com atividades de plantio e manejo sustentável, produção e doação de alimentos, formação de bancos de sementes, aproveitamento de restos de alimentos do refeitório para compostagem, além de diferentes ações de educação ambiental, inclusive servindo de inspiração para o desenvolvimento de projetos integradores. O projeto cresceu e se consolidou com mais integrantes, servidoras, alunos voluntários e bolsistas. Atualmente, é constituído de dois módulos contendo espécies de leguminosas, hortaliças, arbustos e árvores frutíferas, totalizando cerca de 130 m² de cultivo agroecológico, dentro de uma região do estado de São Paulo com predominância da monocultura de cana-de-açúcar.

Nos últimos dois anos, o projeto teve como foco a educação ambiental e a produção de alimentos. Em 2023, o projeto intitulado “AgroflorIF: sistema agroflorestal no âmbito escolar e comunitário” visou à promoção de uma educação ambiental reflexiva, participativa e transformadora. Já em 2024, intitulado “Agroflorif: um exemplo de cultivo sustentável de alimentos”, reforçou-se como um espaço formativo, usando princípios agroecológicos para intensificar a produção de alimentos e a divulgação científica. O presente relato retrata a exploração, nos dois últimos anos, do potencial formativo e de transformação social da AgroflorIF.

ATIVIDADES REALIZADAS

- Agrofloresta e a matriz curricular em diferentes níveis de Ensino

A sala de aula se expandiu para o espaço da Agrofloresta em diferentes disciplinas. Temas previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biologia, Física, Química e Gestão Ambiental, Geografia e Microbiologia e Bioquímica, no Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, além da disciplina de Biologia, na Licenciatura em Química, foram trabalhados usando a AgroflorIF como aliada.

Um ambiente de cultivo sustentável, sem uso de agrotóxico, com plantas de diferentes grupos, animais polinizadores e outros que aproveitam a vegetação como abrigo é uma grande oportunidade para trabalhar temas como biodiversidade, interações ecológicas, reciclagem de nutrientes, sucessão ecológica e preservação ambiental (Figura 1).

Com a comunidade interna, esses temas foram trabalhados nos anos letivos de 2023 e 2024, durante as aulas. Alunos do 1º e do 2º ano do Ensino Médio e da Licenciatura em Química conheceram o funcionamento da composteira, a diversidade microbiológica, a reciclagem de nutrientes (Figura 1D). A agrofloresta também foi um exemplo visual de sucessão ecológica, uma vez que é composta por estratos vegetais em diferentes es-

tágios sucessionais (Figura 1C).

Os alunos da Licenciatura em Química tiveram a oportunidade de realizar uma visita noturna, onde exploraram assuntos de ecologia e biodiversidade (Figura 1E). Já alunos do curso Técnico em Química, na disciplina de Química e Gestão

Ambiental, foram estimulados a registrar e tabular a biodiversidade de grupos de animais ali presentes (insetos, aracnídeos, aves, anelídeos, entre outros) (Figura 1A e B).

Temas mais descritivos, como Sistemática Ve-

Figura 1 – Variedade de temas de disciplinas sendo executados na AgroflorIF. A) Diversidade biológica. B) Levantamento de diversidade animal e vegetal. C) Sucessão ecológica: espécies pioneiras, intermediárias e de clímax. D) Decomposição, reciclagem de nutrientes, papel e diversidade de microrganismos, reutilização de alimentos, biofertilizantes. E) Ecologia: interações nos ecossistemas



Fonte: Acervo fotográfico do Projeto de Extensão

getal, também ganharam uma abordagem prática com a agrofloresta. Os alunos do 3º ano do Ensino Técnico em Redes de Computadores foram convidados a produzir registros fotográficos dos diferentes grupos vegetais (Briófitas, Pteridófitas, Gimnosper-

mas e Angiospermas) e caracterizá-los a partir das fotografias (Figura 2). Foi um trabalho que gerou bastante participação dos estudantes e trouxe descrições como as dos alunos abaixo:

A planta da foto é um exemplo de planta do

grupo das angiospermas, ela pertence a esse grupo pela presença das flores, que são suas estruturas reprodutivas (no caso dessa foto, é um exemplo de inflorescência, pois há várias pequenas flores que estão agrupadas), além disso, outras características comuns das angiospermas, como as suas pétalas amarelas que formam a corola. Estudante L.V. (2024)¹. (Figura 2D).

A planta da foto é um mamoeiro, pertencente

¹ Relatório de Sistemática Vegetal apresentado pelos alunos do 3º ano Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio, setembro de 2024.

ao grupo das angiospermas, pois possui a presença de frutos. Na imagem, pode-se perceber o fruto, que é o mamão, um fruto carnoso do tipo baga, com várias sementes em seu interior; isso representa uma característica das angiospermas, que são as sementes envolvidas pelo fruto. Estudante L.V.¹ (2024)

Na imagem, tirada no *campus*, é mostrado o musgo crescendo no tronco da árvore. O que se vê é a fase gametofítica, a parte verde fotosintetizante da planta e também a mais visível, que é a mais presente no ciclo de vida do musgo. Estudante H.B.L.¹ (2024)

- Oficinas com as comunidades interna e externa

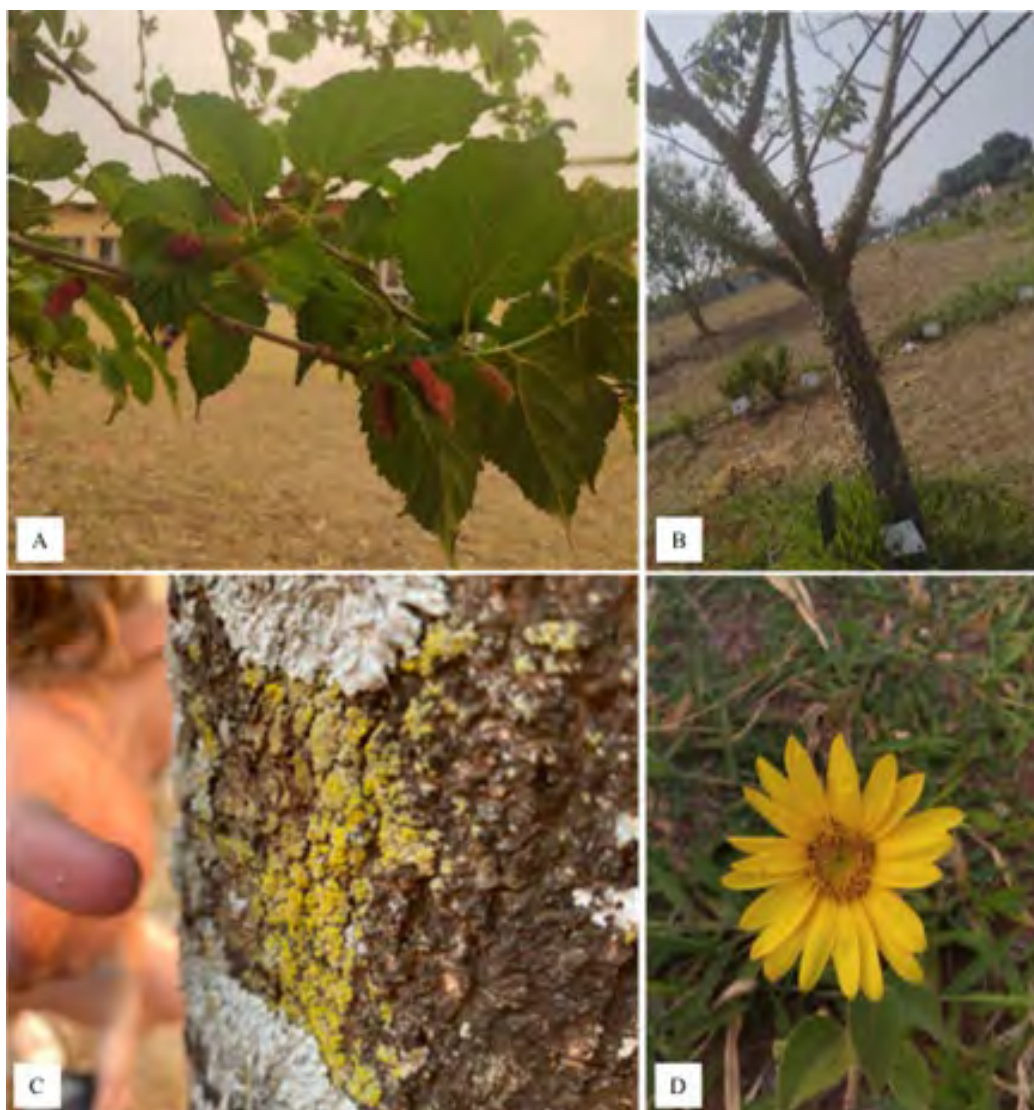


Figura 2 – Atividade de Sistemática Vegetal: alunos fotografaram representantes dos diferentes grupos e descreveram características marcantes de acordo com o observável na fotografia obtida. A) Amoreira com seus frutos (Angiosperma). B) Paineira rodeada por herbáceas aromáticas repletas de flores no Jardim Sensorial (Angiosperma). C) O Gametófito de uma briófito (musgo). D) Um girassol com sua inflorescência (Angiosperma)

Fonte: Relatório de Biologia dos alunos do 3º ano Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio, 2024

As oficinas foram realizadas tanto com o público interno quanto externo (Figura 3). Em 2023, “Óleos essenciais e produção de aromatizadores naturais” foi desenvolvida em uma praça da cidade durante a II Mostra de Sustentabilidade, promovida pela prefeitura de Catanduva/SP (Figura 3E e F). Essa atividade também foi integrante da curricularização da Extensão na Licenciatura em Química (Figura 3D) e permitiu explorar a aplicabilidade de produtos florestais, como os frutos da árvore Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolius*), na promoção de saúde e bem-estar, além do seu uso como fonte de renda. Os participantes produziram seus próprios aromatizadores, usando materiais simples e de baixo custo, como álcool, frascos de vidro e a pimenta rosa.

Em 2024, a oficina de “Hortas verticais” foi realizada com as participantes do Programa Mulheres Mil, projeto que visa promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A mesma oficina foi desenvolvida com os pacientes do Hospital Mahatma Gandhi (Catanduva/SP), onde, além da prática em construir a horta, foram trabalhados os conceitos

de cultivo sustentável e sustentabilidade (Figura 3G e H). A oficina de construção de hortas verticais estimula o uso de materiais reutilizáveis para o cultivo de hortaliças em pequenos espaços urbanos.

Alunos do Projeto Cidadão do Futuro, um projeto beneficente que visa propiciar atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou exclusão em Catanduva/SP, participaram de visitas monitoradas à AgroflorIF. Cerca de 100 alunos foram atendidos no total. Além de aprenderem sobre agroflorestas e produção saudável de alimentos, os participantes plantaram novos alimentos no SAF (Figura 3B).

Os servidores técnico-administrativos e docentes do *Campus* Catanduva foram convidados a compor uma oficina de manejo coletivo da agrofloresta, atividade bastante elogiada pelos participantes, que proporcionou socialização e permitiu que um maior número de pessoas percebesse tudo o que envolve a manutenção da AgroflorIF (Figura 3A).

Servidoras e bolsistas integrantes do Projeto de Extensão AgroflorIF participaram ativamente das atividades de oficina.

• AgroflorIF na divulgação científica



Figura 3 – Oficinas envolvendo o público interno e externo, utilizando espaços ou produtos da Agrofloresta. A) Manejo do SAF com servidores e servidoras. B) Projeto Cidadão do Futuro em um cultivo sustentável, adicionando cobertura vegetal. C) Atividade educativa de plantio de árvores por alunos do Ensino Médio. D) Oficina de Aromatizadores no *campus*. E e F) Oficina de Aromatizadores na II Mostra de Sustentabilidade (Praça de Catanduva). G e H) Hortas Verticais no Hospital Mahatma Gandhi e I) Atividade realizada durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFSP Catanduva (2023)

Fonte: Acervo fotográfico do Projeto de Extensão

A conscientização ambiental é construída a partir de um processo educativo de toda a comunidade. Dessa forma, tentando aproximar a realidade acadêmica do público externo, semanalmente, bolsistas e servidoras do projeto realizaram postagens na página @agroflorif, na rede social Instagram, com temas promotores de desenvolvimento sustentável e relacionados com os ODS da Agenda 2030, entre elas: Agrofloresta como fonte de renda (ODS 2), Biofertilizantes (ODS 2), Jardim sensorial e Déficit de Transtorno da Natureza (ODS 3), Agrotóxicos no Brasil (ODS

2), Reflorestamento urbano (ODS 11 e 13), Queimadas, Desmatamento e Mudanças climáticas (ODS 11) (Figura 4).

Ao longo de 2024, obtivemos um aumento do número de seguidores na rede social. Essa ferramenta permitiu-nos atingir um público maior, finalizando o ano com 171 publicações e 658 seguidores, além de um alcance de 2,4 mil contas no mês de novembro, e 1,5 mil contas somente na primeira quinzena de dezembro (acesso em 19 de dezembro de 2024).

Figura 4 – Algumas das publicações divulgadas ao longo de 2023 e 2024, envolvendo diferentes temas de sustentabilidade e qualidade de vida



Fonte: Página @agroflorif (Instagram)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a agrofloresta do *Campus* Catanduva ganhou em complexidade ecológica ao longo dos últimos 5 anos, em decorrência do aumento da diversidade e interações entre as comunidades biológicas, o Projeto de Extensão AgroflorIF também vem se reformulando e aprimorando como instrumento formativo de construção e compartilhamento de conhecimento.

Os sistemas de cultivo agroflorestais estão alinhados a muitos objetivos e metas da Agenda 2030, sendo grandes aliados na segurança alimentar, promoção de agricultura sustentável, preservação dos recursos naturais, bem-estar e combate às mudanças climáticas. Ademais, a agrofloresta dentro do ambiente escolar é um instrumento propulsor de reflexão e divulgação de conhecimento para toda a sociedade. O presente relato de experiência traz uma pequena porção das atividades já desenvolvidas nesse projeto, que é um exemplo de articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão com foco na educação agroecológica. Buscamos ser um espaço formativo que desperte em toda a comunidade o interesse por escolhas individuais e coletivas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999.
- BURG, I. C. **Interações ecológicas**. In: **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, p. 460-468, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 26 de dez. 2024.
- CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: Embrapa, 2009.
- EWERT, M.; VENTURIERI, G.A.; STEENBOCK, W.; SEOANE, C. E. S. Sistemas agroflorestais multiestrata e a legislação ambiental brasileira: desafios e soluções. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 95-114, 2016.

GONÇALVES, A. L. R. **Sistemas Agroflorestais no Semiárido Brasileiro: estratégias para combate à desertificação e enfrentamento às mudanças climáticas**. 1. ed. Recife: Centro Sabiá/ Caatinga, 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/brust/Downloads/Texto%20completo.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834>>. Acesso em: 21 dez. 2024.

JACOBI, P.R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvNkVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

KOCOUREK, S.; TOLFO, S.D.; PERANSONI, A.C.M. A Educação Ambiental como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável nas instituições públicas. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 3, n. 2, p. 663-673, 2018. Disponível em: < <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/95>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PERANSONI, A.; TOLFO, S.D.; PALMEIRA, E.M. A educação ambiental: um estudo nas escolas de educação básica do município de Bagé – RS. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2016/06/bage.html#google_vignette>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PINHO, A.D.; CALHEIROS, D.F.; ALMEIDA, F.S.; ZERLOTI, P.; CEREALI, M.; FEIDEN, A.; MACHADO, F.F.; ZANELLA, R. Agrotóxicos e violações nos direitos à saúde e à soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de MS, Brasil MS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 12, 2024. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/csc/a/7TgHNyB8k98z9qFmGLYFh7j/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)**, 1. ed. Brasília: SENAR, 2017. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>>. Acesso em 23 dez. 2024.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NA AGENDA 2030: ESTUDO SOBRE ODS MAIS DESENVOLVIDOS NO CEFET-RJ

Ana Beatriz Dutra Santos Pereira¹

Aline Guimarães Monteiro Trigo²

Claudia Fragelli³

Úrsula Maruyama⁴

¹Estudante de Engenharia Ambiental, bolsista de extensão no Cefet-RJ

²Doutora em Planejamento Energético e Ambiental, professora de Gestão Ambiental e responsável pela DISAI no Cefet-RJ

³Doutora em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, professora de Gestão em Turismo no Cefet-RJ

⁴Doutora em Ciência da Informação, professora de Administração no Cefet-RJ

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar as características dos projetos extensionistas do Cefet-RJ no período 2018-2022, relacionando-os com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Como método, adotou-se a pesquisa qualitativa exploratória, baseada em pesquisa de campo e documental. Os resultados obtidos mostram que ainda há um longo caminho a se desenvolver para a conscientização da Agenda 2030 relacionada a práticas mais sustentáveis na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade Ambiental, Agenda 2030, ODS, Extensão, Cefet-RJ.

ABSTRACT: *This study aims to analyze the characteristics of Cefet-RJ's extension projects in 2018-2022 timeline, relating them to UN Sustainable Development Goals. Method adopted was exploratory qualitative research, based on field and documentary research. Results obtained show that there is still a long way to go to raise awareness of the 2030 Agenda related to more sustainable practices in society.*

KEYWORDS: *Environmental Sustainability, Agenda 2030, SDG, Extension, Cefet-RJ.*

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte de uma agenda mundial, um plano de ação global adotado durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, a serem implementados de 2016 a 2030. O ensino, pesquisa e extensão são fundamentais na construção de um profissional com senso crítico e participativo na sociedade (Rocha & Mendonça, 2024).

De natureza global e aplicação universal, os ODS dialogam com as políticas e as ações nos campos regional e local (Boer & Silva, 2021). Diante de desafios a serem enfrentados para se alcançar um meio ambiente sustentável, as instituições de ensino têm um papel relevante na disseminação da sustentabilidade, que atualmente é divulgada por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O trabalho com os ODS pode ser um caminho possível, de tantos que há, pelo seu profundo caráter extensionista, bem como na forte relação dialógica com a sociedade (Albrecht & Bastos, 2020). Os 17 ODS fazem parte da Agenda Ambiental das Nações Unidas, a Agenda 2030. Eles foram formalmente instituídos em 2015, quando da celebração do Acordo de Paris.

Definem prioridades e aspirações a serem adotadas pelos países signatários (ONU, 2015).

Este projeto busca identificar e analisar os ODS que estão alinhados a atividades e práticas extensionistas sustentáveis, trazendo novas discussões e engajando a comunidade do Cefet-RJ para colaborar no alcance das metas dos ODS.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A condução e a gestão de um projeto socioambiental pressupõem a existência de uma equipe multidisciplinar, que trabalhe em conjunto em todas as etapas, da concepção à implantação das ações sustentáveis (Trigo *et al.*, 2019). Num primeiro momento, segundo Cabral e Gehre (2020), deve-se conhecer a importância dos ODS para as instituições de ensino a partir de relatórios produzidos pelas Nações Unidas Brasil (ONU, 2015).

As atividades de extensão podem ser projetos de extensão, seminários, disciplinas optativas, cursos de qualificação docente e discente, workshops e toda a gama de eventos que proponha troca de ideias e conhecimentos sobre o tema (Albrecht & Bastos, 2020). No Cefet-RJ, uma atividade de extensão pode ser desenvolvida a qualquer momento do ano e cadastrada em até dez dias antes de sua realização, junto ao Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários, vinculado à Diretoria de Extensão (DEAC/DIREX). As atividades cadastradas, ao seu final, a partir da entrega dos relatórios finais, geram certificados

de participação.

Este trabalho buscou analisar projetos de extensão do CEFET-RJ submetidos no período de 2018-2022 para conhecer o compromisso assumido por esses projetos com os ODS e, com a finalidade de criar uma espécie de cartilha sobre boas práticas e iniciativas de extensão que possam ser reaplicadas e que estão alinhadas aos ODS nas instituições de ensino.

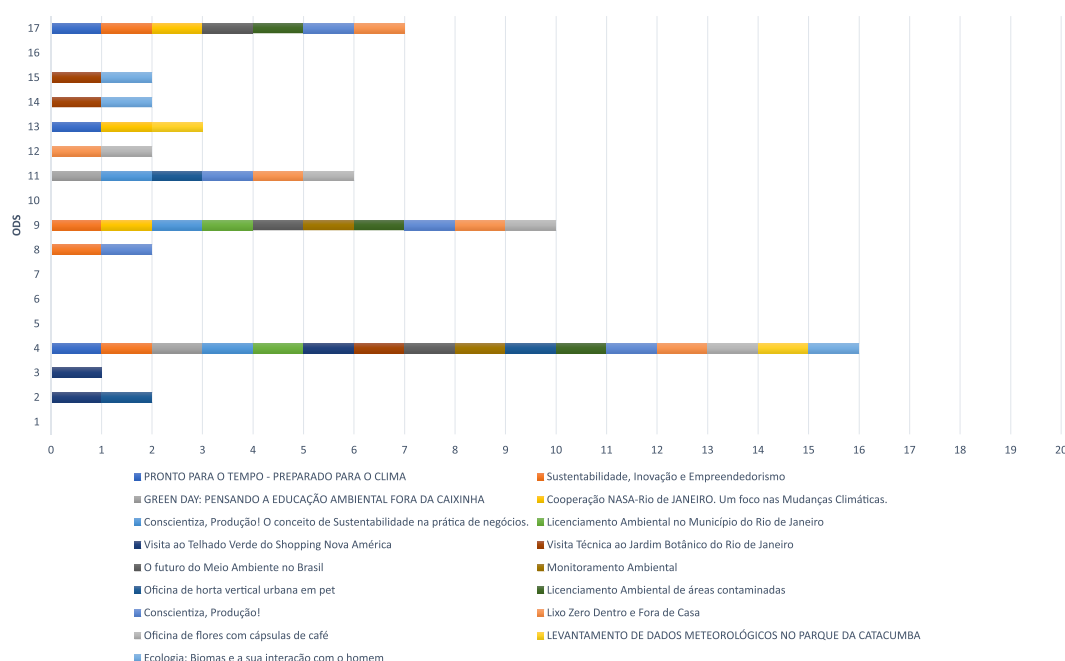
RESULTADOS E ANÁLISES

Em 2018, foram identificadas 17 atividades de extensão na área temática de meio ambiente. Entre os ODS relacionados, destacam-se os ODS 4 e ODS 9. O tema 'educação de qualidade' foi bastante relacionado, uma vez que foram realizadas diversas atividades, tais como palestras e visitas técnicas, ou seja, formas de serem alcançados os objetivos da Agenda 2030, por meio da educação. Além desse ODS, os ODS 11 e 17 foram bem requisitados nas atividades.

O ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) tem por objetivo construir uma infraestrutura firme, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e estimular a inovação. Não obstante, é possível entender o porquê de esse ODS ter sido um dos mais utilizados, pois várias atividades extensionistas cadastradas tiveram como finalidade debater a produção responsável dentro das indústrias, a partir de estratégias sustentáveis como opção na hora da fabricação.

O ODS 11 objetiva tornar as cidades e os espaços humanos inclusivos, seguros, resilientes e sus-

Figura 1 – Os ODS mais desenvolvidos na Extensão do Cefet-RJ em 2018



Fonte: Acervo dos autores

tentáveis. Com base na análise do gráfico da Figura 1, é possível perceber que entre as 17 atividades extensionistas, 6 foram relacionadas a esse ODS. Como exemplo, é possível destacar o projeto “Lixo zero: dentro e fora de casa”, que foi desenvolvido com o intuito de identificar maneiras de redução de lixo e resíduos, tanto nas casas quanto nas ruas e nas cidades.

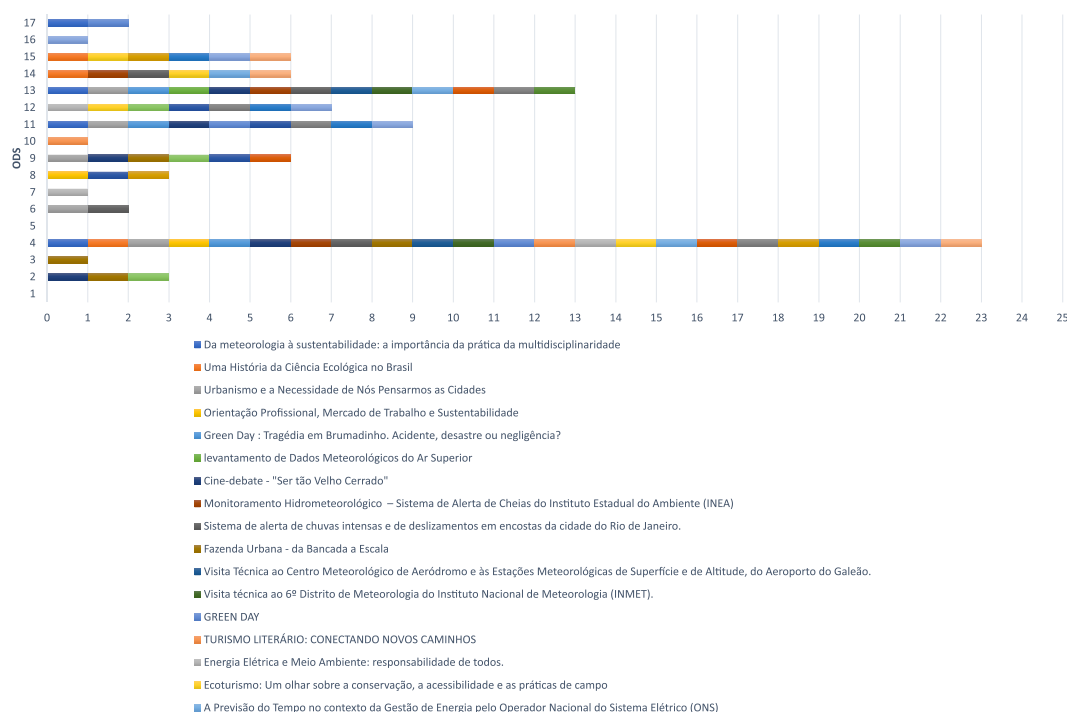
Por fim, o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) busca estimular os meios de implementação e revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo da Agenda2030 encontra-se nas parcerias que a universidade faz,

levando profissionais para dar palestras e seminários sobre os assuntos que auxiliam no alcance dos objetivos da Agenda2030.

Como exemplo, a atividade “O Futuro do Meio Ambiente no Brasil”, no campus Maracanã, recebeu como palestrantes o ex-ministro de Meio Ambiente do Brasil e ex-secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, que falaram sobre o futuro do meio ambiente no país, com base na conjuntura da época em que o país se encontrava.

O ano de 2019 catalogou 26 atividades extensionistas na área temática de meio ambiente. Nesse

Figura 2 – Os ODS mais desenvolvidos na Extensão do Cefet-RJ em 2019



Fonte: Acervo dos autores

cenário, os ODS que mais tiveram atividades relacionadas foram os ODS 4 e 13. Destaque para o ODS 13, prevenção e medidas para combater as mudanças no clima e seus impactos, devido ao cenário crítico em que se encontra o clima mundial. Assim, é possível entender o porquê de esse ODS ter sido um dos mais utilizados, uma vez que diversas atividades tiveram como finalidade o ‘estudo e combate às mudanças climáticas’, como a realização da visita técnica a um centro meteorológico e a atividade “Da meteorologia à sustentabilidade: a importância da prática da multidisciplinaridade”.

Ademais, além dos dois ODS que se destacaram, outros 5 ODS também apresentaram ênfase na

quantidade de atividades relacionadas: o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre).

O ODS 9, que procura construir infraestruturas fortes, possibilitar a industrialização inclusiva e sustentável, teve 6 atividades relacionadas entre as 26 desenvolvidas. Como exemplo, “A produção de cafés especiais: a busca de sustentabilidade nos territórios”, que foi desenvolvida com o intuito de debater sobre melhorias na produção do café e a necessidade de analisar e buscar meios alternativos para isso.

O ODS 11 objetiva tornar as cidades e os espaços humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Entre todas as atividades desenvolvidas neste ano, 9 foram relacionadas ao ODS 11, como exemplo apresenta-se o projeto “Urbanismo e a necessidade de pensarmos nas cidades”.

O ODS 12 tem por objetivo garantir um modelo de consumo e produção sustentável, com a finalidade de suprir as necessidades do ser humano, mas sem ultrapassar a capacidade de suporte do planeta Terra. Com base na análise da Figura 2, é possível observar que 7 atividades tiveram relação com o ODS 12.

Os ODS 14 e 15 são parecidos, apenas objetivam a preservação de ambientes diferentes. Enquanto o ODS 14 objetiva a conservação e o uso sustentável dos mares, dos oceanos e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, o ODS 15 tem por finalidade buscar a proteção, a

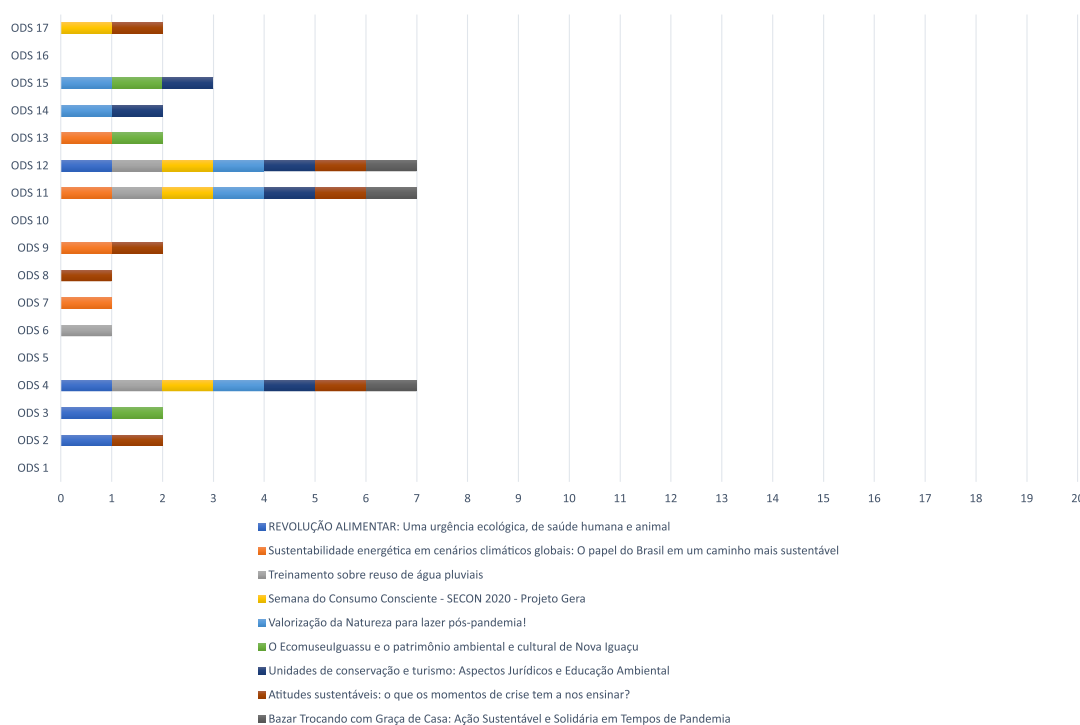
recuperação e a promoção do uso consciente dos ecossistemas terrestres. Esses objetivos de desenvolvimento sustentável estiveram relacionados com 6 das 26 atividades extensionistas programadas em 2019.

Nesse cenário, o projeto “Ecoturismo: um olhar sobre a conservação, a acessibilidade e as práticas em campo” foi uma das atividades extensionistas que teve relação em comum com esses dois ODS, pois versa sobre conservação e turismo, e ambos os assuntos estão no conjunto de natureza, biodiversidade, fauna, flora, o que engloba a preservação dos mares, oceanos, florestas e animais.

No ano de 2020, teve início o período de quarentena por conta da pandemia de COVID-19. Devido a isso, as atividades extensionistas foram desenvolvidas, obrigatoriamente, de forma remota.

Com base na Figura 3, é possível verificar que três ODS se destacaram: ODS 4, ODS 11 e

Figura 3 – Os ODS mais desenvolvidos na Extensão do Cefet-RJ em 2020



Fonte: Acervo dos autores

ODS 12. Ressalta-se, nesse período, a atuação do ODS 12 que tem por objetivo garantir um modelo de consumo e produção sustentável, sendo um dos mais relacionados às atividades extensionistas no ano de 2020 (das 9 atividades, 7 estavam relacionadas com esse ODS), a exemplo da Semana do Consumo Consciente, com palestras e debates, de forma remota, buscando discutir hábitos de consumo consciente, a sustentabilidade

e a economia circular.

Já no ano de 2021, foram cadastradas 20 atividades de extensão na área temática de meio ambiente. Entre as 20 atividades realizadas, 14 ações foram destinadas a cursos, palestras e seminários dos ODS 4 e ODS 12, e outras 7 ações extensionistas sustentáveis tiveram relação com o ODS 11.

Ainda que os ODS 4 e 11 tenham se destacado em 2021, neste ano outros três merecem destaque:

Figura 4 – Os ODS mais desenvolvidos na Extensão do Cefet-RJ em 2021



Fonte: Acervo dos autores

ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

O ODS 7 busca assegurar o acesso de confiança, sustentável, moderno e com um preço acessível à energia para todos, uma vez que o acesso à energia elétrica ainda é bastante desigual no país, e esse objetivo propicia atender às pessoas mais vulneráveis que se encontram nesses casos. Entre as atividades propostas, sete foram desenvolvidas com o intuito de promover o acesso de energia e utilização de fontes de energia limpas. Como exemplo, a atividade "Energias Renováveis no Oceano e Conversores de Energia de Onda: desafios, oportunidades, maturidade tecnológica e aplicações".

O ODS 9 procura construir infraestruturas fortes, possibilitar a industrialização inclusiva e sustentável, e estimular a inovação. Entre as atividades extensionistas desenvolvidas no ano de 2021, 6 foram relacionadas com esse ODS. Como exemplo, pode-se citar a "Palestra da Produção como Terra: A importância da gestão ambiental nos cursos de Engenharia de Produção".

Por fim, ainda em 2021, o ODS 12 procura assegurar padrões de produção e de consumo sus-

tentáveis, mantendo a "pegada ecológica", de forma que respeite os limites que a natureza e do que ela tem para oferecer. Além disso, entre as atividades realizadas nesse período, 8 também estão relacionadas com esse ODS. Nessa conjuntura, uma dessas práticas desenvolvidas foi: "Seminário sobre gestão sustentável dos recursos hídricos", que apresentou formas de utilização dos recursos de maneira mais consciente.

Finalmente, considerando o último período dessa pesquisa, em 2022 foram cadastradas 27 atividades de extensão sobre meio ambiente, incluindo os seguintes subtemas: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental; gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.

Com base na Figura 5, é possível observar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Figura 5 - Os ODS mais desenvolvidos na Extensão do Cefet-RJ em 2022



Fonte: Acervo dos autores

citados e utilizados em mais de cinco atividades extensionistas do Cefet/RJ no ano de 2022 foram: ODS 4 (educação de qualidade), ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), ODS 14 (vida na água), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 15 (vida terrestre).

O ODS 4 busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Assim, as palestras e os cursos propostos nos projetos de extensão têm como objetivo ensinar e disseminar informações sobre o meio ambiente por meio da educação.

O ODS 9 procura construir infraestruturas fortes, possibilitar a industrialização inclusiva e sustentável, e estimular a inovação. Como visto no gráfico da Figura 1, entre todas as atividades realizadas em 2022, cinco tiveram relação com o ODS 9, isso porque objetivaram melhorias na hora de produzir ou inovar, buscando um meio que não seja tão prejudicial ao meio ambiente e que esteja em conformidade com as atitudes sustentáveis.

Nesse cenário, é possível citar como exemplo a atividade "De resíduos amazônicos aos novos materiais: o caminho da sustentabilidade", que foi desenvolvida com o intuito de discutir sobre a utilização dos resíduos da Floresta Amazônica como materiais para desenvolver produtos de valor acrescentado.

O ODS 11 pretende tornar as cidades e as comunidades, tanto urbanas quanto rurais, mais inclusivas, seguras, flexíveis e sustentáveis. Com base nessa ótica, como grande parte das atividades extensionistas foi sobre iniciativas sustentáveis na cidade, pode-se

dizer que esse ODS foi o segundo mais utilizado entre as atividades, visto que das 27 atividades na área do meio ambiente, realizadas em 2022, mais da metade (14) obteve relação com o ODS 11.

Já o ODS 14, conhecido como "Vida na Água", objetiva a conservação e o uso sustentável dos mares, dos oceanos e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Esse ODS esteve relacionado com 8 das 27 atividades realizadas em 2022, que tiveram por finalidade debater sobre a preservação dos animais marinhos, do seu habitat natural, dos recursos oceânicos.

Finalmente, o ODS 15 é dedicado à vida na terra, sendo nomeado de "Vida Terrestre". Esse objetivo busca a proteção, a recuperação e a promoção do uso consciente dos ecossistemas terrestres. Assim como foi com o ODS anterior, também foi relacionado a 8 das 27 atividades realizadas. Como exemplo das atividades extensionistas nos ODS 14 e no ODS 15, destaca-se o projeto "A importância da Unidade de Conservação APA Tamoios no território de Angra dos Reis".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto identificou e analisou os ODS que estão alinhados a atividades e práticas extensionistas sustentáveis, trazendo novas discussões e engajando a comunidade do Cefet-RJ para colaborar no alcance das metas dos ODS.

Assim, a partir do estudo das atividades extensionistas no Cefet-RJ, no período de 2018-2022, foi

observado um aumento de 17 (em 2018) para 27 atividades (em 2022) de extensão com enfoque no meio ambiente. Espera-se que as contribuições deste trabalho promovam um aumento cada vez maior de iniciativas extensionistas com enfoque no meio ambiente e sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, E.; BASTOS, A.S. Extensão e sociedade: diálogos necessários. **Em Extensão**, v. 19, n. 1, p. 54-71, jan.-jun. 2020.

BOER, N.; SILVA, M. T. da. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cidades educadoras e a curricularização da extensão: uma abordagem integrada. **Vivências**, v.17, n. 34, 167-182, 2021.

CABRAL, R.; GEHRE, T. **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Lucas Fúrio Melara, 2020.

CEFET/RJ. **Portal de Sustentabilidade Ambiental**. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/sustentabilidade>. Acesso em 27 fev. 2022.

CEFET/RJ. Resolução n. 56, de 23 de novembro de 2018. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Cefet/RJ**. 2018.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Extrato de Adesões. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Diário Oficial da União. Seção 3. N. 19. 26 de janeiro de 2018. p. 95.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas. Casa ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 13 jan. 2023.

ROCHA, E.; MENDONÇA, T. Como trabalhar os 17 ODS de forma prática e interdisciplinar: uma experiência na extensão. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 68 – 80, jul./dez. 2024.

TRIGO, A.; CUNHA, M.; MARIANO, D.; MARUYAMA, U. Gestão sustentável dos resíduos sólidos recicláveis e contribuições das IES no diálogo com atores locais: relacionamento com cooperativas e comunidade. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, p. 93-110, 2019.

DIÁLOGOS SOCIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

Osvaldo Manuel da Silva¹
Edvania de Oliveira Ferreira²
Abna Loa Nancófê³
Prof.^a Dr.^a Sâmia Nagib Maluf⁴

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
e-mail: osvaldodasilva030@aluno.unilab.edu.br

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
e-mail: edvaniaferreira@aluno.unilab.edu.br

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
e-mail: cumbanancofe1997@gmail.com

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
e-mail: samia@unilab.edu.br

RESUMO: O Projeto de Extensão Diálogos Sociais, promovendo ações extensionistas (palestras virtuais; banco de dados nacionais e internacionais; cursos/oficinas a distância) com vistas a atender a demandas sociais, econômicas e ambientais, impactou diretamente mais de 1.700 participantes, superando a meta inicial de 150 inscritos. As atividades se basearam em princípios de transdisciplinaridade, relevância social e uso de tecnologias digitais, fomentando o debate crítico e a articulação entre universidade e comunidade. Este relato apresenta a experiência extensionista, destacando suas contribuições, desafios e aprendizados adquiridos, enfatizando seu papel transformador na construção de um modelo de educação inclusiva e emancipadora.

Palavras-Chaves: Extensão universitária; transdisciplinaridade; inclusão digital; Unilab; impacto social.

ABSTRACT: *The Social Dialogues Extension Project, promoting extension actions (virtual lectures; national and international databases; remote courses/workshops) aimed at addressing social, economic, and environmental demands, directly impacted over 1,700 participants, surpassing the initial target of 150. The activities were based on principles of transdisciplinarity, social relevance, and the use of digital technologies, fostering critical debate and articulation between university and community. This report presents the extension experience, highlighting its contributions, challenges, and lessons learned, emphasizing its transformative role in building an inclusive and emancipatory education model.*

Keywords: *University extension; transdisciplinarity; digital inclusion; Unilab; social impact.*

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é reconhecida como um vetor essencial na promoção de diálogos entre a academia e a sociedade. Sob essa perspectiva, o Projeto Diálogos Sociais, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira/UNILAB, foi concebido para atender às demandas de uma sociedade conectada e plural. Fundamentado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto almejou fortalecer o papel social da universidade, articulando saberes acadêmicos e populares em busca de soluções compartilhadas para desafios contemporâneos.

Uma das principais características dessa iniciativa foi a utilização de tecnologias digitais como ferramentas para democratizar o acesso ao conhecimento e garantir a participação de públicos diversos, independentemente de barreiras geográficas. Ao promover ações como palestras virtuais, construção de bancos de dados nacionais e internacionais e cursos/oficinas a distância, o projeto se consolidou como um exemplo de educação crítica e emancipadora. Este relato reflete sobre a trajetória do projeto, destacando os desafios enfrentados, as estratégias empregadas e os resultados alcançados.

ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades do Projeto Diálogos Sociais foram planejadas e executadas visando atender às múltiplas necessidades da comunidade acadêmica e externa. Cada ação foi cuidadosamente estruturada para maximizar seu impacto social e educacional.

1. Palestras Virtuais: realizadas mensalmente, as palestras abordaram temas de alta relevância, incluindo educação fiscal, sustentabilidade, reforma tributária, inovação no setor público e planejamento urbano. Esses eventos possibilitaram não apenas o compartilhamento de informações, mas também a promoção de debates críticos. A escolha dos temas priorizou uma abordagem transdisciplinar, conectando diferentes áreas do saber e incentivando a formação de um pensamento holístico entre os participantes. Utilizando o Google Meet para transmissão e o Even3 para gestão, essas palestras eliminaram barreiras físicas e ampliaram o alcance das discussões.

Figura 1. Captura de tela de uma palestra virtual realizada no âmbito do Projeto Diálogos Sociais



Além disso, as palestras foram estruturadas para permitir a interação direta entre os participantes e os palestrantes, promovendo uma troca rica de experiências e conhecimentos. O sucesso desse formato foi evidenciado pelo alto nível de engajamento observado durante as sessões.

2. Cursos e Oficinas: os cursos e oficinas foram desenvolvidos para capacitar os participantes em competências específicas e essenciais para o mercado de trabalho.

Figura 2. Representação do minicurso sobre Elaboração do Currículo Lattes, desenvolvido no Projeto Diálogos Sociais



- **Curso de Elaboração do Currículo Lattes:** voltado para estudantes e profissionais que buscavam melhorar sua apresentação acadêmica.
- **Curso de Excel (Básico, Intermediário e Avançado):** com uma carga horária robusta de 60 horas por módulo, esse curso atendeu a demandas crescentes por habilidades práticas em análise de dados.
- **Oficinas de Como se Comportar em Entrevistas:** focadas no preparo para processos seletivos e desenvolvimento de competências interpessoais, esses programas foram concebidos em alinhamento com as diretrizes do Instituto de Educação a Distância (EaD), garantindo qualidade pedagógica e acessibilidade.

3. Produções Didáticas e Banco de Dados: outro marco do projeto foi a criação de materiais didáticos, incluindo videoaulas, apresentações e matrizes pedagógicas, que permaneceram e permanecem acessíveis como recursos educacionais abertos. Alinhado a isso, foi estruturado um banco de dados com informações nacionais e internacionais de contatos de variadas instituições de âmbitos diversos, servindo como uma base de consulta para pesquisadores e interessados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O impacto do Projeto Diálogos Sociais foi expressivo tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Superando a meta inicial de 150 participantes, o projeto atingiu um público diversificado de mais de 1.700 pessoas. Esses resultados refletem não apenas a relevância dos temas abordados, mas também a eficácia das metodologias adotadas.

- **Inclusão Digital:** o uso de plataformas digitais garantiu a participação de indivíduos de diferentes contextos geográficos e socioeconômicos, ampliando o alcance das ações.
- **Capacitação Profissional:** as competências adquiridas pelos participantes em cursos e oficinas contribuíram para melhorar sua empregabilidade e desempenho acadêmico.
- **Promoção do Engajamento Cidadão:** ao abordar temas de interesse público, o projeto estimulou a reflexão crítica e o engajamento com questões sociais e ambientais relevantes.
- **Sustentação Acadêmica:** o banco de dados criado e os materiais produzidos continuam a ser utilizados, ampliando o impacto das ações mesmo após a conclusão do projeto.
- **Inovação em Métodos:** a integração entre ferramentas digitais e metodologias participativas foi um dos pilares para alcançar resultados tão expressivos, servindo como referência para outros projetos extensionistas.

Um dos grandes destaques do projeto foi sua apresentação na X Semana Universitária (Semuni) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Unilab, realizada em novembro de 2024, sob o tema "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social". A apresentação destacou as práticas inovadoras implementadas, os resultados alcançados e a metodologia empregada, gerando grande interesse entre os participantes do evento. Além disso, a experiência extensionista foi compartilhada como um exemplo de integração bem-sucedida entre universidade e comunidade, inspirando outras iniciativas acadêmicas.

Figura 3. Fotografia da apresentação do projeto na X Semana Universitária da Unilab, destacando o impacto das ações



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Diálogos Sociais reafirmou a extensão universitária como uma ferramenta transformadora na interface entre universidade e sociedade. Mais do que cumprir metas, a iniciativa deixou um legado de práticas e saberes que continuam a inspirar novas ações extensionistas. A experiência acumulada pelos organizadores e participantes revelou a importância de adaptar-se aos desafios, como limitações técnicas e logísticas, e buscar soluções criativas para alcançar os objetivos propostos.

Ao promover o diálogo, a capacitação e a inclusão, o projeto consolidou a posição da Unilab como um agente ativo em promover uma educação democrática e emancipadora. Embora encerrado, o Projeto Diálogos Sociais permanece como referência de integração entre ensino, pesquisa e extensão, simbolizando o compromisso da universidade com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O legado do projeto também está na transformação pessoal dos envolvidos, que adquiriram novas habilidades, ampliaram sua visão de mundo e fortaleceram seu compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva. A disseminação dos resultados por meio de eventos acadêmicos, como a X Semuni, reforçou a relevância das ações extensionistas e destacou o papel da Unilab como promotora de inovação social.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 61. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

PAULA, João A. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufmg.br/revistaextensao/artigos/vol3/art2.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

FORMAÇÃO DE AGENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO IFSP SÃO ROQUE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE EXTENSÃO

Rachel Andriollo Trovarelli¹
Fernanda Asseff Menin²

¹Gestora Ambiental e Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professora substituta no Curso Técnico de Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e no Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental, IFSP, Campus São Roque, e-mail: rachel.trovarelli@ifsp.edu.br

²Engenheira Ambiental e Mestra em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro/SP); Professora substituta no Curso Técnico de Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e no Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental, IFSP, Campus São Roque, e-mail: fernanda.menin@ifsp.edu.br

RESUMO: Este artigo apresenta um relato de experiência sobre o curso de extensão Agentes de Educação Ambiental, realizado no IFSP Campus São Roque entre outubro e dezembro de 2024. A formação articulou teoria e prática por meio do planejamento, implementação e avaliação de uma intervenção socioambiental com tema gestão de resíduos sólidos e reciclagem, promovendo o protagonismo dos participantes no processo de aprendizagem. A iniciativa buscou dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente nas áreas de educação e saneamento. Os resultados indicam o potencial da educação ambiental crítica na formação de cidadãos engajados e na construção de sociedades mais sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental; formação de educadores; intervenção socioambiental; resíduos sólidos; sustentabilidade.

ABSTRACT: This article presents an experience report on the Environmental Education Agents extension course, held at IFSP São Roque Campus between October and December 2024. The training integrated theory and practice through the planning, implementation, and evaluation of a socio-environmental intervention on the theme of solid waste management and recycling, promoting the participants' protagonism in the learning process. The initiative aimed to engage with the Sustainable Development Goals, particularly in the areas of education and sanitation. The results indicate the potential of critical environmental education in shaping engaged citizens and building more sustainable societies.

KEYWORDS: environmental education; educator training; socio-environmental intervention; solid waste; sustainability.

INTRODUÇÃO

Se, diante do contexto de emergência climática, há a compreensão de que a educação ambiental não será suficiente para transformar o atual estado de degradação imposto pela crise socioambiental, por outro lado, tampouco se avançará no enfrentamento de tais mazelas sem uma educação ambiental crítica, que se proponha a fazer uma revolução cultural na base da sociedade e simultaneamente seja capaz de incidir nas políticas públicas (PERES et al, 2023; TROVARELLI et al, 2024). Neste contexto, a realização de intervenções socioambientais como preconizado no Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA) (BRASIL, 2006), com potencialidade de promover microrrevoluções (TROVARELLI et al, 2024), é uma oportunidade de catalisar a formação de educadores ambientais que, independentemente de sua área de atuação, agem com intencionalidade pedagógica e ambientalista no seu cotidiano.

A Mínima ou Máxima Intervenção Possível (MIP) é uma estratégia pedagógica que visa apoiar os estudantes a “projetar, vivenciar e articular os conteúdos da disciplina com a sua realidade” (BATTAINI et al, 2017, p. 207). Nos estudos realizados envolvendo tal técnica, observaram-se múltiplas potencialidades como 1) protagonismo estudantil no processo educador à medida que os participantes são responsáveis pela concepção, estratégias de intervenção, implementação e análise; 2) fortalecimento da autonomia; 3) desenvolvimento da capacidade de articular conteúdos teóricos, o contexto local e estimular a capacidade de agir; 4) incremento na compreensão sobre a relevância da incidência em políticas públicas para dar escala e sustentabilidade às intervenções desenvolvidas (BATTAINI, et al, 2017; TROVARELLI, et al, 2019; TROVARELLI, 2021). A partir da MIP, é possível forjar microrrevoluções educadoras socioambientais, articulando a indignação dos participantes frente a uma problemática territorial a ser enfrentada e fortalecendo a comunidade de aprendizagem (TROVARELLI et al, 2024). Nesse contexto, visualiza-se a potencialidade desta técnica pedagógica no contexto de processos formativos extensionistas em instituições de educação na formação de profissionais e cidadãos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e especificamente o *Campus* São Roque, tem vocação inequívoca para iniciativas voltadas à sustentabilidade, visto a região em que está inserido e a gama de cursos oferecidos na temática de meio ambiente. Em termos territoriais, o município está no cinturão verde no entorno do município de São Paulo em uma região repleta de áreas protegidas com elevado interesse ambiental.

Desde 2022, este *campus* foi aceito como uma das organizações que compõem o Programa Escolas 2030, um programa global alinhado à Agenda 2030, que busca criar novos parâmetros para a avaliação da aprendizagem com base na prática da educação integral e transformadora, com vistas a garantir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4. Com o compromisso de tornar o *campus* ainda mais sustentável, criou-se a Comissão de Sustentabilidade, que visa articular ideias e atividades com a comunidade acadêmica em prol da gestão ambiental institucional.

Diante desse contexto, percebeu-se a potencialidade de oferta do Curso de Extensão Agentes de Educação Ambiental com vistas a 1) Proporcionar a compreensão de fatos e conceitos relativos à sustentabilidade e educação ambiental; 2) Promover a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, político e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; 3) Construir, junto aos alunos, um olhar crítico sobre as relações entre a sociedade e meio ambiente, reconhecendo as

consequências de cada ação individual e escolhas relacionadas ao consumo; e 4) Contribuir para a formação de indivíduos que tenham conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais existentes e para a prevenção dos novos.

Este texto objetiva contribuir com a produção de conhecimentos sobre a formação de educadores ambientais a partir da sistematização dos processos e resultados obtidos no contexto do curso de extensão Agentes de Educação Ambiental realizado entre outubro e dezembro de 2024 no IFSP *Campus* São Roque.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Curso de Extensão “Agentes de Educação Ambiental” foi ministrado presencialmente com 40 horas de carga horária. Como pré-requisitos, os participantes deveriam ter ensino fundamental completo e, no mínimo, 16 anos. Os principais conteúdos abordados foram: Atuação cidadã e educadora socioambiental ambientalista, problemáticas ambientais com destaque para gestão de resíduos sólidos, princípios básicos da educação ambiental crítica e revolucionária e o desenvolvimento de projetos comunitários.

A turma foi composta por 10 participantes ativos, os quais 60% já eram estudantes matriculados em cursos superiores do *Campus* na área de meio ambiente. Dois dos alunos matriculados são cooperados da Cooperativa de Reciclagem de Ibiúna (município vizinho), que, recentemente, firmou um acordo com o *Campus*, via Comissão de Sustentabilidade, para auxiliar na coleta semanal de resíduos recicláveis.

Na primeira etapa do curso, os encontros tiveram como foco a constituição da comunidade de aprendizagem, o estabelecimento da concepção de educação ambiental e a reflexão crítica sobre problemáticas ambientais vivenciadas pelos participantes. Na segunda etapa do curso, o foco foi a elaboração da MIP / microrrevolução. Os participantes escolheram uma problemática a ser enfrentada e com a ajuda de um roteiro, criaram um plano de ação definindo objetivos, estratégias, materiais necessários, atribuindo responsabilidades às ações planejadas, etc. Foram sucessivos encontros de chuva de ideias, tomada de decisões, planejamento, troca de experiências, preparação de materiais, implementação e posteriormente de avaliação do processo vivido.

Essa abordagem participativa possibilitou o planejamento coletivo da intervenção, considerando a viabilidade de implementação, o impacto que poderia ser gerado e o alinhamento com os objetivos do projeto. Assim, optou-se por uma intervenção provocativa, com o foco na sensibilização dos participantes sobre a possibilidade de transformação de embalagens de pós-consumo em novos produtos, conforme ilustrado abaixo (Figura 1).

Figura 1: Bancos e mesa feitos a partir de materiais recicláveis



Autor: Marcos Hermínio

Figura 2: Momento de sensibilização com os funcionários terceirizados do Campus.



Autora: Anna Laura Lima

Figura 3: Intervenção com 3 pessoas no IFSP.



Autora: Drielly da Silva

Destaca-se duas abordagens utilizadas: 1) registro e sistematização da intervenção: desde o início do planejamento foi direcionado que o grupo tivesse estratégias claras de registro e sistematização da experiência; e 2) incidência em políticas públicas/institucionais: a partir da reflexão sobre escala e sustentabilidades das ações e projetos de educação ambiental, com vistas a superar a fragmentação e pontualidade, buscou-se estratégias de incidência político-institucional por meio da intervenção.

Descrição da intervenção

A intervenção foi realizada no *campus* ao longo de uma semana em dezembro de 2024, com a participação de diferentes membros deste curso. As atividades foram direcionadas para públicos diversos, incluindo colaboradores terceirizados, alunos do ensino médio e superior (Figuras 2 e 3). A ação consistiu na apresentação de dois itens: um banco e um vaso, ambos confeccionados a partir de resíduos de embalagens,

especificamente de polipropileno (PP). No começo da ação, o público foi convidado a tentar identificar os materiais utilizados na fabricação do banco (Figura 3). Diversas suposições foram feitas, como a possibilidade de ser feito de plástico de tampas de garrafa, garrafas PET ou até mesmo de tecido ou papel.

Quando a composição real do banco foi revelada, as reações variaram entre surpresa e entusiasmo, com algumas pessoas expressando o desejo de adquirir os objetos apresentados. Essa interação inicial teve como objetivo gerar maior engajamento e curiosidade sobre o processo de reciclagem e reutilização de materiais.

Em seguida, foi apresentada uma explicação detalhada sobre o material utilizado na confecção do banco, destacando que foram necessárias aproximadamente 2.500 embalagens para sua produção, com um peso total de 5,3 kg. Essa informação reforçou a importância da reutilização de resíduos e o impacto positivo de iniciativas como essa na redução

do desperdício e na promoção da sustentabilidade.

Ao final das apresentações, os participantes foram convidados a preencher um formulário intitulado “Entrevista - Resíduos Sólidos IFSP 2024”, com o objetivo de coletar dados sobre a percepção do público em relação à reciclagem e avaliar a viabilidade de transformar o *campus* em um ponto de coleta de materiais recicláveis. Os resultados obtidos revelaram percepções da comunidade acadêmica em relação à reciclagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para cada grupo de pessoas que participou da intervenção, foi aplicado o formulário “Entrevista - Resíduos Sólidos”. Dentre os 48 participantes, foi possível identificar que 60,4% estão insatisfeitos com a forma como os resíduos sólidos são tratados no *Campus* e 41,7% dos participantes mudaram sua percepção sobre a reciclagem após a intervenção.

Os resultados mostraram que 45,8% dos participantes indicariam a separação de resíduos recicláveis, demonstrando uma visão positiva sobre o tema. Em contraste, 33,3% responderam “não indicariam”, e 6,3% se declararam indiferentes, evidenciando a necessidade de maior conscientização. Ao comparar os públicos, observou-se que os colaboradores terceirizados demonstraram maior interesse em receber orientações sobre reciclagem em relação aos alunos do ensino médio e superior, reforçando a importância de adaptar as estratégias de sensibilização de acordo com cada grupo.

Ao final da etapa de implementação da intervenção, os participantes sistematizaram os registros em formato de relatório. O material construído pela turma evidenciou a problemática enfrentada, bem como todas as etapas de planejamento, execução e avaliação da intervenção. Por fim, foram feitas recomendações à Comissão de Sustentabilidade, dentre elas o fortalecimento das iniciativas de educação ambiental, a promoção de práticas de reaproveitamento de resíduos e coleta seletiva no *campus*, priorizar a compra de materiais reutilizáveis ou reciclados, atuação direta na redução do desperdício de alimentos do refeitório do *campus* e apoio a projetos sociais voltados à proteção ambiental e inclusão social. O documento foi apresentado e entregue para uma das professoras atuantes na referida comissão que acolheu as sugestões.

Formação de agentes de educação ambiental

A partir dos objetivos do curso citados anteriormente e com base nos relatos e na participação ao longo do processo, considera-se que os objetivos assumidos no curso de extensão foram atendidos. Para exemplificar, segue o depoimento de uma participante:

“Acredito que o curso proporcionou diversos resultados positivos. Em primeiro lugar, promovemos a sensibilização sobre a importância da reciclagem e da ressignificação do lixo, mostrando que materiais considerados descartáveis podem ser transformados em algo útil, apesar desse projeto ter sido aplicado em pequena escala. Outro resultado importante foi o desenvolvimento de habilidades práticas e de comunicação, especialmente nos debates sobre como aplicar a educação ambiental em comunidades (...). Aprendemos formas de engajar e sensibilizar as pessoas para questões ambientais”.

Em relação ao estímulo à construção da identidade enquanto educador ambiental também foram observados avanços, inclusive com incidência profissional. Os depoimentos coletados a partir da pergunta “Após o curso, como você percebe a evolução da sua identidade enquanto Educador(a) Ambiental?” oferecem alguns subsídios:

“Minha experiência no curso ajudou muito na minha evolução como educadora ambiental, pois me fez enxergar a importância de conectar teoria e prática, além de entender que a educação ambiental vai além de ensinar: é sobre engajar e inspirar as pessoas a fazerem parte da mudança. Também aprendi que nem sempre os resultados são imediatos ou amplos, mas cada pequeno passo é válido. Essa vivência reforçou em mim a vontade de buscar formas mais inclusivas e criativas de sensibilizar as pessoas para as questões ambientais”.

“Sim e com o nosso curso consegui já até ingressar como educadora ambiental na minha empresa”.

No entanto, apesar do movimento e estímulo à formação dessa identidade, alguns participantes sentem que ainda é preciso se aprofundar e amadurecer este processo:

“Acredito que sim, mas também vejo como se ainda tivesse muito conhecimento a adquirir principalmente em relação às questões ambientais. Acho sim que tive uma evolução durante o curso, mas ainda muito longe da bagagem que um educador ambiental precisa ter”.

Apesar da percepção de cumprimento dos objetivos e evolução na formação dos participantes enquanto agentes de educação ambiental, observamos ainda uma série de oportunidades de aprimoramento no curso, tanto em termos administrativos quanto pedagógicos, como evidencia o relato a seguir:

“Acredito que garantir que as iniciativas, como o projeto de reciclagem, sejam apresentadas para toda a comunidade do instituto, envolvendo mais alunos, professores e até parceiros externos, para gerar maior impacto e pertencimento e promover a colaboração entre diferentes cursos do instituto, especialmente os que têm relação com o meio ambiente, para que o tema seja abordado de forma prática e interdisciplinar”.

Uma constante inquietação no campo da educação ambiental refere-se à superação de projetos e ações pontuais e fragmentadas em um território, que naturalmente desaparecem quando o grupo mobilizador se dissolve. Em geral, é desafiador mensurar impactos no campo da educação devido à necessidade de monitoramento de longo prazo. Compreender tais desafios por meio da práxis educativa é fundamental para a formação de educadores ambientais. O depoimento de uma participante demonstra reflexões nessa direção:

“Minha experiência no curso de educador ambiental foi bastante enriquecedora, mas também deixou algumas reflexões e desafios. Gostei muito da abordagem prática, especialmente na parte de reciclagem e ressignificação do lixo, porque isso mostrou como podemos transformar algo descartado em materiais úteis e criativos. Participar de debates e planejar formas de aplicar a educação ambiental em comunidades me fez perceber o quanto essas ações são necessárias e urgentes. Por outro lado, tive uma sensação de frustração com o alcance limitado do projeto. Apesar de termos apresentado nossas ideias e resultados para alguns, não senti que conseguimos envolver toda a comunidade do instituto ou sensibilizá-los de forma significativa sobre a importância do que estávamos propondo. Parecia mais uma ação isolada do que uma verdadeira “microrrevolução”. Isso me fez pensar que, mesmo em um ambiente acadêmico que oferta cursos voltados para o meio ambiente, o tema ainda é tratado de forma teórica, como algo distante, e não como um compromisso prático e coletivo. Essa experiência me deixou com a vontade de continuar trabalhando na educação ambiental, mas também com o aprendizado de que precisamos pensar em estratégias mais amplas e integradoras para realmente envolver as pessoas e gerar mudanças duradouras”.

Tais reflexões estão em consonância com a literatura sobre intervenção socioambiental, MIP e microrrevoluções à medida que se percebe que o pro-

cesso foi capaz de promover protagonismo estudantil, fortalecer a autonomia, incrementar a capacidade de articular conteúdos teóricos, o contexto local e estimular a capacidade de agir, e contribuir para a compreensão sobre relevância da incidência em políticas públicas ou institucionais com as intervenções propostas. Por outro lado, também foi possível identificar limites como àqueles já observados em trabalhos anteriores como a necessidade de um tempo maior necessário para compreensão dos participantes e envolvimento com a proposta e a falta de continuidade da ação desenvolvida na vida dos estudantes, criando uma lacuna de descontinuidade dos objetivos da intervenção no cotidiano, tornando-a uma ação pontual (BATTAINI, et al, 2017). Embora nesta experiência tenha havido um significativo avanço no tocante ao registro e sistematização da intervenção (que gerou um relatório, que foi compartilhado com a Direção do *campus* e a Comissão de Sustentabilidade), bem como a busca por incidência nas decisões da própria Comissão para ações em 2025 (enquanto um política institucional), os participantes não visualizam a continuidade de sua participação em ações ligadas ao referido do curso devido ao seu encerramento e nem uma possível continuidade com o envolvimento junto a referida comissão. Logo, a continuidade de ações junto ao tema resíduos sólidos no ambiente institucional tende a se dissolver em suas vidas exceto por aqueles que atuam em outras esferas junto ao tema.

Esse é o caso de alguns dos participantes como os cooperados da Cooperativa de Reciclagem de Ibiúna que já tem uma parceria com a instituição; uma das participantes-estudante no curso de Ciências Biológicas do *Campus* que atua como representante discente na Comissão de Sustentabilidade do *Campus*; ou outra participante que planeja fazer seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a criação de espaços de lazer com materiais sustentáveis no *Campus*. Nesse contexto, a formação de uma comunidade de aprendizagem em torno de um curso de extensão, tem o potencial de fortalecer as atuações de cada um deles não só pelos aprendizados construídos ao longo do processo, mas também pelos vínculos criados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da emergência climática e dos desafios socioambientais que vivemos, é inequívoca a relevância da formação de educadores ambientais e de fortalecimento dos cursos e projetos de extensão nas instituições de educação. Uma abordagem crítica e pautada pelo movimento praxiológico de teoria, ação e reflexão, tem potencial para formar cidadãos engajados socioambientalmente. O presente relato de experiência demonstrou que iniciativas formativas, como o curso de extensão Agentes de Educação

Ambiental, têm potencial para fortalecer a consciência crítica e a capacidade de ação de educadores e demais atores sociais, promovendo intervenções socioambientais que podem incidir tanto no cotidiano dos participantes, das instituições e na sociedade em geral em processos mais amplos de transformação socioambiental.

A adoção da MIP mostrou-se uma estratégia potente na formação de educadores ambientais ao incentivar o protagonismo estudantil, a articulação entre teoria e prática e a reflexão sobre a importância da incidência em políticas públicas. Tal abordagem dialoga diretamente com o ODS 4, Educação de Qualidade, especialmente a meta 4.7, que busca garantir que todas as pessoas adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, ao estimular o planejamento, implementação e avaliação de uma intervenção socioambiental voltada para a gestão de resíduos sólidos e reciclagem, o curso contribuiu com o ODS 7, Água Potável e Saneamento, já que a gestão de resíduos é parte do saneamento ambiental.

A continuidade e ampliação de ações de extensão como esta são fundamentais para consolidar a educação ambiental como um pilar na formação de cidadãos críticos e atuantes frente aos desafios socioambientais contemporâneos nas diversas áreas de formação. Assim, espera-se que este relato inspire novas ações, projetos e colaborações que potencializem a educação ambiental na promoção de sociedades mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BATTAINI, V., SORRENTINO, M.; TROVARELLI, R. A. Ensino e aprendizagem da educação ambiental: contribuições de disciplinas na Universidade de São Paulo. *Revista Ambientamente Sustentable*, 2017, v.1, p.199-216.

BRASIL. ProFEA: Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais. Brasília, 2006. 44 p.

PERES, I. K.; NERY-SILVA, A. C.; TROVARELLI, R. A. Educação Ambiental Revolucionária. *AMBIENTE & EDUCAÇÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL*, v. 28, p. 1-19, 2023.

TROVARELLI, R. A.; MONTEIRO, R. A. A.; SORRENTINO, M. Resistir e (re)existir no antropoceno: caminhos pela educação ambiental revolucionária. In.: SORRENTINO, M.; SILVA, M. C. P.; EL-HANI, C. N. (Orgs) *Crise e educação ambiental: Por uma nova cultura da Terra, corpos e territórios!* Rio de Janeiro, RJ: Bambual Editora, 2024.

TROVARELLI, R. A. Do antropoceno à transição para sociedades sustentáveis: formação de profissionais em educação ambiental. 2021. 232 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo – Interunidades, Piracicaba, 2021.

TROVARELLI, R. A.; SPEGLISH, E.; BATTAINI, V.; SORRENTINO, M. Mínima ou Máxima Intervenção Possível: potencialidades e desafios da técnica de Ensino aprendizagem no Ensino Superior. In: 10º Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade. Sesc Sorocaba, 2019, sp.

GESTÃO ESTRATÉGICA E AGENDA 2030 DA ONU: CONTRIBUIÇÕES DA DISAI E PARCERIAS PARA A EXTENSÃO NO CEFET-RJ

Aline Guimarães Monteiro Trigo¹

Claudia Fragelli²

Valéria Pereira³

Úrsula Maruyama⁴

¹ Doutora em Planejamento Energético e Ambiental, professora de Gestão Ambiental e responsável pela Disai no Cefet-RJ

² Doutora em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, professora de Gestão em Turismo no Cefet-RJ

³ Doutorado em Química de Produtos Naturais, professora de Química no Cefet-RJ

⁴ Doutora em Ciência da Informação, professora de Administração no Cefet-RJ

RESUMO: A Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (Disai) foi criada no Cefet-RJ em 2017 com a finalidade de estabelecer parâmetros institucionais de sustentabilidade ambiental e articular com a comunidade suas ações. Desde a sua criação, esse órgão manteve parceria com a Extensão, buscando, por meio de diferentes projetos, associar à melhoria de gestão, o monitoramento de ações e transparência à comunidade. Dessa forma, o presente trabalho objetiva destacar importantes contribuições do portfólio da Disai e seus parceiros com enfoque nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Como método, adotou-se o Estudo Múltiplo de Casos a partir de observação participante. Os resultados obtidos mostram que há potencial para ser espelhado em iniciativas de extensão por toda Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental, Agenda 2030, Portfólio de projetos, Cefet-RJ, Disai.

ABSTRACT:

ABSTRACT: The Division of Strategy for Institutional Environmental Sustainability (Disai) was created in 2017 at Cefet-RJ with the purpose of establishing institutional parameters for environmental sustainability and coordinating its actions with the community. Since its creation, it has maintained a partnership with Extension, seeking, through different projects, to associate management, monitoring of actions, bringing improvements and transparency to community. Thus, this work aims to highlight important contributions of Disai portfolio and its partners focusing on UN Sustainable Development Goals. Multiple Case Study method was based on participant observation. Results show that there is potential to be mirrored in extension initiatives throughout the Federal Network of Professional Scientific and Technological Education.

Keywords: Environmental Sustainability, Agenda 2030, Project portfolio, Cefet-RJ, Disai.

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente sob o Antropoceno, período em que os seres humanos têm gerado impactos na natureza correspondentes a uma força geológica capaz de modificar os parâmetros biofísicos do planeta, afetando sua sustentabilidade (Maruyama et al, 2021).

No Brasil, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) fez com que os órgãos aumentassem o interesse em manter um projeto sustentável e nos últimos anos, agregou organizações ao programa

de responsabilidade socioambiental, fazendo com que mais pessoas repensassem sobre o consumo de materiais e a reduzir ou reciclar antes de adquirir um novo produto (Mariano et al, 2021).

Segundo Maruyama et al (2022) com a necessidade de se desenvolver uma consciência coletiva, percebe-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel relevante no despertar dessa consciência ambiental e formação de um pensamento crítico por parte de todos os atores da comunidade acadêmica a fim de propiciar um ambiente adequado à disseminação de uma realidade responsável e sustentável.

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) é uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, num sistema multicampi no estado do Rio de Janeiro. Em outubro de 2017, foi criada a Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (Disai), que está vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (Diges) e tem por objetivo transformar ideias em ações referentes à gestão e educação ambiental, desenvolvendo em cada indivíduo da comunidade a percepção socioambiental, que envolva aspectos científicos, legais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais e éticos.

Dessa forma, este trabalho pretende apresentar as principais iniciativas da Disai e a Extensão, com enfoque na Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de suas parcerias com docentes e discentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que o incontornável enfrentamento dessa policrise demanda compreender, a pactuação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 se configura em um caminho estratégico para a implementação das transformações necessárias para que pessoas e coletividades vivam com mais qualidade no século XXI (Fragelli et al, 2021). Ao mesmo tempo, ela representa o amadurecimento de diversas ações que foram desenvolvidas ao longo das últimas décadas por parte de instituições do mundo todo (Cabral & Gehre, 2020).

Nesse contexto, a educação é reconhecida como a chave para mudar o comportamento humano. Apresentar o conteúdo de forma contextualizada permite um processo de ensino-aprendizagem mais coerente, abrangente e, portanto, significativo para os alunos (Maruyama et al, 2021).

Um dos importantes resultados do trabalho desenvolvido pela Disai e pelo Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI) é a Política de Sustentabilidade Ambiental Institucional, que surge para orientar ações sustentáveis nos campi do Cefet/RJ, promovendo uma gestão ambiental integrada, adotando padrões sustentáveis de produ-

ção e consumo e estimulando a educação ambiental (Trigo et al, 2017).

Além disso, o Plano de Gestão de Logística Sustentável é estabelecido no Cefet-RJ como um dos marcos que estabeleceriam a estrutura normativa institucional em prol de uma cultura institucional mais ambientalmente sustentável (Zeitoun et al, 2019; Cefet-RJ, 2022).

RESULTADOS E ANÁLISES

A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de seus 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo (ONU, 2025):

- Objetivo 1. *Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;*
- Objetivo 2. *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;*
- Objetivo 3. *Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;*
- Objetivo 4. *Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;*
- Objetivo 5. *Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;*
- Objetivo 6. *Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;*
- Objetivo 7. *Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;*
- Objetivo 8. *Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;*
- Objetivo 9. *Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;*
- Objetivo 10. *Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;*
- Objetivo 11. *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;*
- Objetivo 12. *Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;*
- Objetivo 13. *Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;*
- Objetivo 14. *Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;*
- Objetivo 15. *Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;*
- Objetivo 16. *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e cons-*

truir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

• Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A partir da proposição de uma agenda ambien-

tal institucional, foram estabelecidas diversas ações de extensão no Cefet-RJ que pudessem ser aplicadas não somente na instituição, mas desenvolvidas colaborativamente com a comunidade com enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme analisados em projetos de extensão a seguir.

Quadro 1 – Projetos de Extensão vinculado à Disai ou parceiros desde sua criação

PROJETO	ANO	OBJETIVO	ODS
Criação de uma Agenda Ambiental no Cefet-RJ	2018	<i>colaborar para a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública A3P</i>	ODS 16, ODS 17
Painel de Sustentabilidade no Cefet-RJ	2018	<i>blog - de sustentabilidade ambiental para a promoção e divulgação socioambiental</i>	ODS 11, ODS 13
Menos Plástico é Mais	2018	<i>relação com o plástico através de ações de cunho pedagógico, coletas seletivas, mutirões de limpeza nas praias do RJ</i>	ODS 12, ODS 14
Telha ecológica: do planejamento a instalação no campus Maracanã	2018	<i>telhas ecológicas feitas com caixas de leite, a partir do reaproveitamento das mesmas, de forma artesanal com material reciclável</i>	ODS 12, ODS 7
Seja um ECO-AMIGO: Coleta e reciclagem de instrumentos de escrita	2019	<i>iniciativa de responsabilidade socioambiental de coleta e reciclagem de instrumentos de escrita não utilizados</i>	ODS 12
Tudo Junto e Misturado	2020	<i>onde recebe e destina diversos resíduos sólidos à cooperativas e ONGs</i>	ODS 12, ODS 15
Recicla Rio de Janeiro: Aplicativo que leva a coleta seletiva à sua casa	2021	<i>desenvolver um aplicativo de orientação e localização das cooperativas existentes na cidade do Rio de Janeiro</i>	ODS 11, ODS 12
Agenda sustentável: comprometimento com os ODS	2021	<i>divulgar os ODS junto à comunidade e alinhá-los às condutas e ações locais</i>	ODS 11, ODS 16, ODS 17
Ouitê Ybirá	2021	<i>foco na importância das árvores e sua relação com as mudanças climáticas</i>	ODS 13, ODS 15
Alimentação sustentável: conhecendo e localizando os estabelecimentos comerciais locais	2022	<i>levantar e apresentar à sociedade os diversos estabelecimentos comerciais que ofertam refeições sustentáveis no entorno Cefet-RJ</i>	ODS 3, ODS 11
Mutirão solidário de tampas plásticas: colete, limpe e separe	2022	<i>gerenciamento de tampas, que deve iniciar na seleção, passando pela limpeza e separação de tampas para entrega RioEcoPets</i>	ODS 11, ODS 12
Em busca dos ODS: esforços internos e externos ao Cefet-RJ	2023	<i>identificar e analisar os ODS que estão alinhados a atividades e práticas educacionais sustentáveis</i>	ODS 4, ODS 12, ODS 17
Meninas Maker: o aprender fazendo para meninas no Cefet-RJ	2023	<i>introduzir as boas práticas do Laboratório Maker Itaguaí para a comunidade local, com protagonismo feminino estudantil</i>	ODS 4, ODS 5, ODS 9
Maquiagem Reciclada: empoderamento feminino, economia criativa e sustentabilidade	2023	<i>Economia criativa, circular e solidária: coleta de maquiagem com data de validade vencida para utilização na criação de artesanato e pinturas em tela</i>	ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 12
Cefet-RJ em busca do SELO ODS 2024	2024	<i>Iniciativas institucionais conjuntas a fim do CEFET-RJ estar apto ao Selo ODS 2024</i>	Todos ODS

Fonte: Elaboração própria

Um dos primeiros projetos de extensão associados à Disai foi a criação de uma Agenda Ambien-

tal no Cefet-RJ (Figura 1) com o propósito de obter a certificação A3P (Figura 2).

Figura 1: Criação de uma Agenda Ambiental no Cefet-RJ



Fonte: Acervo dos autores

Para tanto, diversas iniciativas de infraestrutura (investimento em coleta seletiva com recipientes personalizados para atrair o público), práticas administrativas (compras públicas sustentáveis), de in-

formação (utilização de Qrcode para informar sobre flora institucional) e extensão (Projeto ECO Amigo – doação de materiais de escrita) foram integradas à rotina da comunidade (ODS 17).

Figura 2 – Primeiro certificado do Cefet-RJ no Programa A3P



Fonte: Acervo dos autores

O consumo consciente (ODS 12), foi um dos tópicos relacionados em projetos extensionistas, não só pelo estímulo a uma economia circu-

lar com a doação de produtos, como também o combate ao desperdício de água, ODS 14 (Trigo et al, 2018).

Figura 3 – Iniciativas de coleta para doações e combate ao desperdício de água

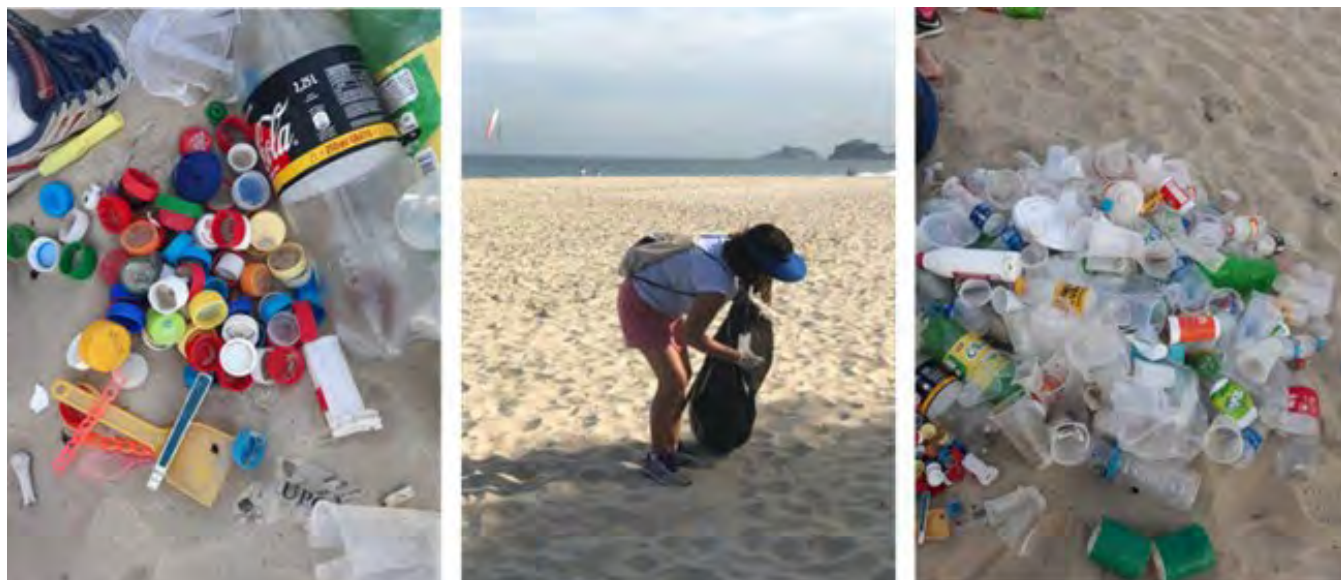


Fonte: Acervo dos autores

Outro projeto de destaque refere-se ao lixo no mar como um dos problemas graves que tem afetado o meio ambiente. Conforme relatos no YouTube

por Pereira (2023) que desenvolveu o projeto 'Menos plástico é mais' (Figura 4) com a coleta em praias do Rio de Janeiro, apresentado por Silva et al (2019).

Figura 4 – Projeto 'Menos plásticos, é mais'



Fonte: Acervo dos autores

Observou-se um maior engajamento por parte de alunos e servidores em participar das atividades extensionistas propostas, como exemplo, auxiliar a

causa animal, promovendo a castração de cães e gatos abandonados ou em situação de rua ou Projeto Oitê Ibyra no replante de árvores.

Figura 5 – Projeto Oitê Ibyra (mãe árvore)



Fonte: Acervo dos autores

O projeto foi criado em 2020, porém devido à pandemia de Covid-19 somente pode atuar na prática a partir de 2022. Durante os anos de 2020 a 2022, como o projeto não ser desenvolvido com ações práticas, foram realizados diversos estudos teóricos que deram origem a dois produtos educacionais: (1) Mapeamento das regiões ausentes de vegetação em determinadas áreas do RJ, a saber: Bangu, Grande Tijuca, Maracanã e (2) catálogo com estudo das espécies nativas e suas características mais adequa-

das para plantio em regiões do Rio de Janeiro, de acordo com suas especificidades.

Em relação ao plantio de mudas de árvores em áreas devastadas ou ausentes de vegetação, o projeto já realizou um plantio de 5 mudas de árvores dentro das áreas da instituição (Cefet-RJ), além do plantio de 30 mudas de árvores nativas no Parque da Mata Atlântica Frei Velloso (Catalão), localizado no *Campus* da Ilha da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 6 – Projeto de Coleta Seletiva para Rio Eco Pets



Fonte: Acervo dos autores

Essa iniciativa contou com a parceria da organização Rio Eco Pets (Figura 6), para onde as tampas plásticas coletadas são encaminhadas para posterior recicla-

gem. O projeto, já com dois anos de atuação, conseguiu coletar mais de uma tonelada recolhida de tampas plásticas e 23 animais castrados (Trigo et al, 2021).

Figura 7 – Projeto Maquiagem Reciclada



Fonte: Acervo dos autores

Maruyama et al (2024) revela as possibilidades sobre as relações entre a educação maker (ODS 4) voltada à economia criativa e à inovação sustentável. Assim, o projeto 'Meninas maker', coloca em pauta o protagonismo estudantil e empoderamento feminino (ODS 5), apresentando uma abordagem inovadora de ensino-aprendizagem que poderá ser associada à sustentabilidade. Além disso, o Projeto Maquiagem Reciclada (Figura 7) apresentou uma proposta para engajar o público feminino para coleta de maquiagem vencida para realizar workshops de arte com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou as principais iniciativas da Disai e a Extensão, com enfoque na Agenda 2030 a partir de suas parcerias com docentes e discentes. Uma das limitações na realização de projetos extensionistas está relacionada ao seu tempo de execução e à motivação discente para acompanhar o projeto.

Embora o projeto Ubuntu (ODS 1 e ODS 2) tenha apresentado uma proposta relevante de contribuição ao combate à fome, a partir da otimização do processo de doação de alimentos na composição de um aplicativo, esse projeto não foi finalizado pelo estudante e, por isso, optamos por não relacionar junto com os demais.

Por outro lado, a participação engajada de estudantes comprometidos nos demais projetos extensionistas, nos indica que é necessário perseverar e continuar a jornada da conscientização ambiental associando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de forma integrada e contínua.

REFERÊNCIAS

CABRAL, R.; GEHRE, T. **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade**. São Paulo: Lucas Fúrio Melara, 2020.

CEFET-RJ. Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/sustentabilidade> Acesso em 27 Fev. 2022.

FRAGELLI, C.; LIMA, M.A.G.; FERREIRA, G.F.; OLIVEIRA, E.; SOUZA, N.N.S. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e turismo: inspirações para a cocriação de projetos de educação para o empreendedorismo na Década da Ação. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 13, p. 17-28, 2021.

MARIANO, D.; TRIGO, A.; MARUYAMA, U. Sustentabilidade em prédios e obras públicas: análise em uma instituição de ensino superior. **Revista Internacional de Ciências**, v. 11, p. 25-41, 2021.

MARUYAMA, U.; RANGEL, R.; OLIVEIRA, R.; TRIGO, A. Economia criativa sustentável na sociedade em rede. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 10, p. 68-95, 2024

MARUYAMA, U.; TRIGO, A.; TRIGO, J. A. Governança ambiental: transparência e efetividade de práticas sustentáveis em IES. **LIINC em Revista**, v. 18, p. e5922, 2022.

MARUYAMA, U.; ISSBERNER, L.; RIOS, P. Nurturing the Seeds of Sustainability Education: Information Regime in Brazilian Public HEI. **Revista Administração: Ensino e Pesquisa** (RAEP), v. 22, p. 294-333, 2021.

ONU. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Organizações das Nações Unidas. Acesso em 29/01/2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

PEREIRA; V. **Lixo no mar e seus impactos na sustentabilidade dos oceanos**. In: SPERLE, M.; SILVA, G.C.; PEREIRA, V. MARÉTUDO. Ano I Edição 02, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LxVvm9tI6Og>

SILVA, G. C.; PEREIRA, V.; TRIGO, A.; CUNHA, M.; MARUYAMA, U. **Cultura da Sustentabilidade Ambiental no Cefet/RJ: Projeto Menos Plástico é Mais**. In: II Simpósio de Engenharia, Gestão e Inovação, 2019, Águas de Lindóia - SP. Anais do Simpósio de Engenharia, Gestão e Inovação. São Paulo: Even3, 2019.

TRIGO, A.; MARUYAMA, U.; FRAGOSO, L.; ALMEIDA, P.; FONSECA, A.; TRIGO, M. I. Ações extensionistas de coleta seletiva em prol do meio ambiente e dos animais. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, p. 1-14, 2021.

TRIGO, A.; SATTAMINI, B.; MARIANO, D.; MACAU, G.; FIGUEIREDO, C.; MARUYAMA, U. **Consumo consciente de água em uma Instituição de Ensino Superior**. In: IV CIEEMAT - Congresso Ibero-Americano de Empreendedorismo, Energia, Ambiente e Tecnologia, 2018, Angra dos Reis, 2018.

TRIGO, A.; TRIGO, J. A.; MARUYAMA, U. Gestão Pública Sustentável: Modelo de Gestão na Administração Pública Federal. **Tecnologia & Cultura**, v. 30, p. 35-43, 2017.

ZEITONE, B.; TRIGO, J. A.; TRIGO, A.; MARUYAMA, U. Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, p. 150, 2019.

IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA ESCOLAR NO IFSP – CAMPUS ITAQUAQUECETUBA

Débora Cavalcante da Silva¹
Sidinei Roberto Nobre Júnior²
Cecília Midori Ikegami³

¹Mestre em Ciências, Técnica em assuntos educacionais, IFSP, Campus Itaquaquecetuba

²Estudante de graduação em Gestão Pública e assistente em administração no IFSP, Campus Itaquaquecetuba

³Doutora em Bioquímica, Professora EBT, IFSP, Campus Itaquaquecetuba

Resumo: Este projeto viabilizou a implantação experimental de uma horta escolar no IFSP *Campus Itaquaquecetuba*, tendo como objetivo a criação de um espaço educativo interdisciplinar agradável, a aquisição de uma aprendizagem ativa, o desenvolvimento da responsabilidade, colaboração, respeito pela natureza, etc. Foram desenvolvidas atividades como: campanhas de captação de materiais; arrecadação de garrafas PET; oficinas de plantio; cultivo de mudas pelos estudantes; análise do solo; minifeira de doação/trocas de mudas, visitas domiciliares à vizinhança; entre outras. Apesar dos desafios enfrentados, a receptividade da comunidade escolar à horta foi muito positiva, e a ação proporcionou inúmeras experiências e possibilidades educativas.

Palavras-chave: horta pedagógica; escola.

Abstract: *This project enabled the experimental implementation of a school garden at the IFSP Campus Itaquaquecetuba, aiming to create a pleasant interdisciplinary educational space, the acquisition of active learning, the development of responsibility, collaboration, respect for nature, etc. Activities were developed such as: campaigns to collect materials; collection of PET bottles; planting workshops; cultivation of seedlings by students; soil analysis; mini donation fair/seedling exchange, home visits to the neighborhood; among others. Despite the challenges faced, the school community's receptivity to the garden was very positive, and the action provided countless experiences and educational possibilities.*

Keywords: school garden; school.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço importante para crianças e adolescentes por ser onde permanecem grande parte das horas do seu dia, o que a torna um lugar constante de aprendizagem e exercício para a convivência com o outro, desenvolvimento do respeito, colaboração, solidariedade, bondade, paz, hábitos alimentares saudáveis, consciência ambiental, cuidados com a saúde, respeito pela natureza, entre outros. Assim, é essencial a criação de ambientes e estratégias diversificadas que possibilitem uma aprendizagem prazerosa, significativa e interdisciplinar para além dos espaços comuns da sala de aula, e a Horta Escolar tem sido bastante recomendada atualmente, pelo fato de permitir a produção de hortaliças e ervas a baixo custo, assim como uma ampla gama de opções educativas, sendo denominada por vários educadores como um laboratório vivo que pode dinamizar o currículo educacional, com o diferencial de ser um espaço

agradável dentro da escola: "... uma horta também proporciona momentos de distração, de vida ao ar livre, oportunidade de realizar trabalhos manuais e satisfação de ver o desenvolvimento das plantas..." (Brasil, 2007, p. 10).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) oferta diferentes modalidades de ensino, como: cursos rápidos de extensão, cursos regulares de educação básica, educação superior e pós-graduação, no entanto, uma grande quantidade de seus alunos são adolescentes, os quais estudam nos cursos técnicos e técnicos integrados ao ensino médio, permanecendo durante muitas horas do seu dia no *campus*. A adolescência é um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico e social, o que por vezes deixa os indivíduos sujeitos a diversos tipos de vulnerabilidades (violência, bullying, drogas, dificuldades de aprendizagem, evasão escolar, alimentação inadequada, uso excessivo de mídias sociais e vídeo game, etc.), precisando, portanto, de intervenções que promovam habilidades que auxiliem em sua proteção, e assim alcancem um futuro bom para suas vidas. A escola pode contribuir nesse sentido mediante a oferta de intervenções que promovam o seu crescimento como ser humano, criando estratégias diferenciadas e ativas de aprendizagem que envolvam toda a comunidade escolar (Andrade e Farias, 2022; Santos e Leite, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), menciona que a "educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (LDB 9394/96, Art. 2º). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 traz dez competências gerais que são consideradas essenciais e que devem ser trabalhadas ao longo da Educação Básica, dentre as quais destacamos: o cuidado com a saúde física e emocional; o exercício da empatia, do diálogo, da cooperação, do respeito; a necessidade de agir de forma autônoma, responsável, solidária, flexível, sustentável etc. Tais competências são essenciais para uma vida de qualidade, digna, pacífica e solidária, para o indivíduo e para a coletividade, e percebemos que esses valores podem ser trabalhados pela escola em projetos interdisciplinares como o da horta escolar.

O "Caderno de Orientações para Implantação e Implementação da Horta Escolar" do Ministério da Educação (MEC, 2007), traz as seguintes definições sobre os tipos de hortas identificadas no ambiente escolar, que são:

"Hortas Pedagógicas - Tendo como principal finalidade a realização de um programa educativo pré-estabelecido, a Horta Escolar, como eixo

organizador, permite estudar e integrar sistematicamente ciclos, processos e dinâmicas de fenômenos naturais. Superando a área das ciências naturais, o(s) professor(es) pode(m) abordar problemas relacionados com outras áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, como: matemática, história, geografia, ciências da linguagem, entre outras.

Hortas de Produção - Visam a complementar a alimentação escolar através da produção de hortaliças e algumas frutas.

Hortas Mistas - Possibilita desenvolver tanto um plano pedagógico quanto melhorar a nutrição dos escolares mediante a oferta de alimentos frescos e saudáveis" (Brasil, 2007, p. 12).

São múltiplas as atividades e potencial da horta escolar, a qual deve ter o engajamento de toda a escola para sua implantação, seja na doação de materiais e mudas, nos trabalhos coletivos voluntários, ou seja, todas as etapas são ricas para promoção de saberes a todos os participantes, que podem se confraternizar, cultivar, e até mesmo preparar e consumir alimentos saudáveis.

"Há várias atividades que podem ser utilizadas na escola com o auxílio de uma horta onde o professor relaciona diferentes conteúdos e coloca em prática a interdisciplinaridade com os seus alunos. A matemática pode ser um exemplo com o estudo das diferentes formas dos alimentos cultivados, além disso, o estudo do crescimento e desenvolvimento dos vegetais pode ser associado com o próprio desenvolvimento (...) Essas atividades também asseguram que a criança e a escola resgatem a cultura alimentar brasileira e, consequentemente, estilos de vida mais saudáveis" (Irra-la; Fernandez, 2001, p. 3-4).

Além disso, apesar do Brasil ser um grande produtor mundial de alimentos, uma parcela significativa da população encontra-se em situação de vulnerabilidade alimentar. Segundo dados do FGV social, há cerca de 77 milhões de pessoas com algum nível de insegurança alimentar no país, ou seja, não têm acesso aos alimentos básicos necessários. A insegurança alimentar é refletida em diferentes situações abrangendo fome, obesidade, consumo de alimentos com qualidade duvidosa/precária, alimentos com preços abusivos, padrões alimentares não recomendáveis, sem respeito à diversidade e regionalidade de cada local (FGV, 2023; CONSEA, 2004), sendo importante a disseminação de conhecimentos e incentivo ao cultivo de hortaliças, ervas e legumes pela comunidade.

O presente projeto contou com a parceria da Escola Municipal Ambiental de Itaquaquecetuba (EMA), a qual desenvolve um trabalho junto às escolas da região, no que tange a projetos de educação ambiental, implementação de hortas em escolas públicas, realização de oficinas sobre cultivo de hortas, ações de conscientização ambiental, entre outros, promovendo a formação das pessoas de modo que desenvolvam uma “mentalidade que leve a ações concretas de preservação de nosso patrimônio natural municipal” (SEMECTI, 2025).

As “visitas” nas residências da vizinhança para conscientização sobre alimentação saudável, incentivo ao cultivo de hortas, convite para eventos no *campus* etc. foi uma estratégia muito boa por se tratar de uma oportunidade de aproximação com a comunidade, estreitando os laços entre o *campus* e a população local (Bezerra et al., 2010). Garcia e Teixeira (2009, p. 168) apontam que a “Visita Domiciliar é metodologia de trabalho de caráter educacional, assistencial e exploratório, realizada por profissionais que vão ao domicílio do paciente, usuário ou beneficiário de um serviço”, e se trata de uma técnica bastante utilizada pelos serviços de saúde e também em ações educativas interdisciplinares (IFF FIOCRUZ).

A presente proposta foi viável por ter sido feita em caráter experimental, e mediante os saberes obtidos, temos uma base para as futuras tomadas de providências visando a implantação definitiva da horta escolar, a ser realizada conjuntamente com ações educativas interdisciplinares envolvendo a comunidade escolar.

ATIVIDADES REALIZADAS

Este é um relato de experiência sobre o Projeto de Extensão “Implantação de uma Horta Escolar no IF Itaquá”, aprovado pelo Edital da PRX 64/2023, de fluxo de extensão contínuo, e cuja elaboração envolveu: - o diálogo com servidores, amigos e familiares que gostam e possuem experiências no cultivo de plantas, possibilitando uma troca de saberes e a formação da equipe; - a consulta à gestão administrativa do *Campus* sobre as possibilidades iniciais para fazermos o projeto, e obtenção de seu apoio; - a realização de leituras bibliográficas para ampliação dos conhecimentos sobre horta escolar; buscas de parceiros junto à comunidade externa; divulgações junto à comunidade escolar para sensibilização e convite à participação etc.

O projeto contou com a atuação de algumas estudantes voluntárias, além de uma estudante bolsista, e teve como objetivo a implantação experimental da horta escolar, com a criação de dois canteiros iniciais provisórios, e realização de diversas atividades educativas interdisciplinares relacionadas ao tema, contando com a parceria da Escola Municipal Ambiental de Itaquaque-

cetuba (EMA), entre outros parceiros, que tiveram uma colaboração essencial para o andamento do projeto.

Foi necessário bastante esforço para adquirirmos o que precisávamos para a execução do projeto, visto que o *campus* não conseguiu fornecer os materiais básicos para a construção dos canteiros e demais ações. Dessa forma, fizemos vários contatos e visitas a Instituições externas em busca de doações, e só assim foi possível realizarmos as atividades programadas, conforme descrevemos abaixo:

a) Parcerias com a comunidade externa:

Além da parceria com a Escola Municipal Ambiental de Itaquaquecetuba - EMA, tivemos o apoio do Pátio de Compostagem da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Secretaria da Saúde de Itaquaquecetuba, da Peralta Ambiental, do IFSP *Campus* Guarulhos, entre outros;

b) Cultivo de mudas de hortaliças e ervas

A equipe do projeto cultivou mudas de couve, cebolinha, quebra-pedra, hortelã, babosa etc., que foram doadas à comunidade interna e externa na minifeira.

c) Campanha de arrecadação de garrafas PET:

Obtivemos o empréstimo de uma estrutura da empresa Peralta Ambiental para arrecadação das garrafas PET que foram posteriormente utilizadas para confecção dos vasos para o plantio. Houve uma excelente participação de toda a comunidade que doou muitas garrafas PET de suas casas, contribuindo com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

d) Campanha para captação de materiais/mudas para a construção da horta:

Dadas as dificuldades para obtenção dos materiais necessários, fizemos campanha para arrecadação de materiais, e obtivemos doações de: materiais de jardinagem, sementes, mudas, etc., pela comunidade escolar; dez (10) sacos de adubos orgânicos concedidos pelo Pátio de Compostagem da Prefeitura de São Paulo; duas (2) caçambas de terra para os canteiros doadas por uma empresa da região (visto que a terra do local do plantio não era considerada boa, além de ser bastante compactada); tijolos cedidos pelo *Campus* Guarulhos para as bordas dos canteiros; entre outros.

e) Limpeza do local escolhido para a horta:

Parte do terreno do *campus* estava interditado para passagem de servidores e alunos em razão da construção de uma obra, dessa forma, utilizamos o local que era possível naquele momento para a criação dos canteiros, mas por se tratar de um aterro, a terra era bem compactada e o mato estava bastante crescido, o que dificultava muito a limpeza somente com a

enxada. Dessa forma, fizemos contato com uma equipe da prefeitura que fazia uma obra ao redor do *campus*, e eles, com muita voluntariedade nos ajudaram, fazendo a limpeza do local com um trator. Essa ajuda foi essencial para construirmos os canteiros.

f) Oferta de 04 oficinas de plantio “Um pé de quê”, na Semana de Ciência e Tecnologia do Campus Itaquaquetuba - SNCT:

As oficinas tiveram muita adesão (principalmente de estudantes), e nela os participantes puderam aprender a confeccionar os vasilhinhos de gar-

rafas PET, preparar a terra e plantar as sementes neles. Cada qual recebeu uma semente identificada por uma letra, não sabendo que horta ou erva estava plantando, apesar disso, tinha que dar um palpite sobre o pé de quê ele acreditava ser a semente. No rótulo do vasinho era registrado o nome do seu dono e a letra relacionada à semente que plantou. Após as oficinas, os participantes ficaram responsáveis por cuidarem de suas mudinhas até que germinassem e tivessem seu desenvolvimento inicial para posteriormente serem plantadas nos canteiros experimentais.

Figura 1 - Oficinas Um Pé de Quê?



Fonte: acervo do projeto, 2023. Local: IFSP.

Figura 2 - Mudas plantadas pelos participantes durante as Oficinas “Um Pé de Quê”



Fonte: acervo do projeto, 2023. Local: IFSP.

g) Análise do solo – primeira etapa:

Cinco alunas do 1º ano do curso técnico em mecânica integrado ao ensino médio do *Campus Itaquaquecetuba* participaram da primeira etapa da análise de solo coletado no local da horta, tendo a oportunidade de realizar as análises em um laboratório do IFSP *Campus São Paulo*, contando com a orientação de um docente da área de química. Na ocasião, as alunas puderam usar reagentes e equipamentos de laboratório; preparar soluções; expandir seus conhecimentos sobre PH e nutrientes do solo, tendo oportunidade de uma experiência educativa bastante enriquecedora.

h) Medição e construção dos primeiros canteiros (com a ajuda da equipe da EMA):

Os dois canteiros experimentais foram construídos com a mão de obra de funcionários da EMA, uma ajuda essencial, visto ser um trabalho manual árduo. Além disso, por meio do projeto foi criado um minicanteiro para cultivo de alguns temperos e ervas (cebolinha, coentro, alecrim, hortelã, manjerição etc.), e plantio de algumas flores e folhagens ornamentais, que deverá ser ampliado no futuro para agregar na construção de um ambiente mais bonito e agradável no *Campus*, visto que muitos servidores e alunos gostam dessas ações, tendo interesse em participar de sua ampliação.

i) Plantio das mudas nos canteiros

Agendamos um dia para o plantio nos canteiros das mudas cultivadas nas oficinas “Um pé de quê?”. Na data, que contou com a presença da equipe da EMA, foi revelado qual hortaliça/legume cada qual plantou nas oficinas, sendo uma atividade bastante agradável de ser realizada.

Figura 3 - (Depois) - Canteiros experimentais criados



Fonte: acervo do projeto, 2023. Local: IFSP.

Figura 04 - Plantio nos canteiros



Fonte: acervo do projeto, 2023. Local: IFSP.

j) Visitas domiciliares à vizinhança

Durante as visitas domiciliares distribuímos **material informativo sobre alimentação saudável, incentivo ao cultivo de plantas/hortas caseiras, convite para o dia de ação social**, sendo uma oportunidade muito boa de contato com a vizinhança do entorno do *campus*, com potencial para fortalecer a relação escola/comunidade externa.

k) Dia de ação social com a comunidade interna e externa:

Fizemos um dia de ação social, que contou com: a) uma ação sobre saúde bucal no *campus* em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; b) uma minifeira de doação e/ou trocas de mudas; c) ofertas da oficina “Plantar e Cuidar: Mudas de Suculentas” realizada pela EMA. Para ampliação da participação da comunidade externa, acreditamos ser necessário

o *campus* ofertar mais oportunidades nesse sentido, assim, novas ações futuras estão sendo planejadas em relação a esta demanda.

I) Plantio de árvores

Por meio da EMA foi feito contato com a Secretaria de Meio Ambiente do município de Itaquaquecetuba, a qual doou e plantou algumas mudas de árvores ao lado de um dos blocos do *campus* durante a SNCT (incluindo mudas de Pau-Brasil).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios que nos deparamos, em sua grande maioria pela falta de recursos financeiros para a aquisição dos materiais básicos necessários, além de outras situações, aos poucos e com a ajuda de Deus, bastante esforço e voluntariedade da equipe, conseguimos o que precisávamos para a execução de diversas atividades educativas, além da criação experimental de dois canteiros. Foi possível observar uma receptividade muito positiva da comunidade escolar com a horta, sendo importante a realização de futuras ações para a implantação definitiva da horta escolar no *campus*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a todos que colaboraram de alguma forma para o desenvolvimento do projeto, e à Coordenadoria de Extensão do IFSP — *Campus* Itaquaquecetuba.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. M.; FARIAS, M. I. Horta escolar: uma proposta pedagógica interdisciplinar. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/54359?show=full> Acesso em 30 jan. 2025.

BEZERRA, Zedeki Fiel et al. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/Q8XbHj8zhLjgLPn9TMQmh8q/?lang=pt>. Acesso em 23 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Disponível em: <http://basenacional-comum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em 30 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. A horta escolar dinamizando o currículo da escola (caderno 1). Disponível em https://www.educacao.go.gov.br/documentos/nucleomeioambiente/Caderno_horta.pdf. Acesso em 30 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações para implantação e implementação da horta escolar (caderno 2). Disponível em https://www.educacao.go.gov.br/documentos/nucleomeioambiente/horta_escolarcaderno_2.pdf. Acesso em 30 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em 30 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA, E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA (IFF/Fiocruz). Programa de Assistência Domiciliar Interdisciplinar (Padi). Disponível em <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/component/content/?view=article&id=221&catid=2&Itemid=152>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Qual o tamanho da fome no Brasil? Entenda porque institutos divulgam números diferentes. Disponível em https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/2023_90.pdf. Acesso em 29 maio 2023.

GARCIA, I. F. S.; TEIXEIRA, C. P. Visita Domiciliar: um instrumento de intervenção. Disponível em revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/365/837. Acesso em 17 jul. 2023.

IRALA, C. H; FERNANDEZ, P. M. Manual para Escolas. A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Disponível em <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/horta.pdf>. Acesso em 19 maio 2023.

SANTOS, C.; LEITE, M. de L. Horta, uma lição para a vida. In: PARANÁ (ESTADO). Secretaria da Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. 2013. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_gestao_artigo_claudio_santos.pdf. Acesso em 30 jan. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEMECTI). Escola Municipal Ambiental Nelson Barreto da Silva. Disponível em: www.semecti.com.br/escola-ambiental. Acesso em: 14 jan. 2025.

INTEGRAÇÃO ENTRE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO VESTIBULANDO (INFOVEST) E CONGRESSO DE PROFISSÕES

Reinaldo Tronto

Professor EBT, IFSP, Campus Sertãozinho

Resumo: A história da educação básica e universitária brasileira é marcada pela exclusão de grande parte da sociedade brasileira, em especial da classe trabalhadora, e a luta pelo acesso à educação tem se constituído uma das bandeiras das mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras e seus filhos e filhas, sendo os cursinhos pré-vestibulares populares e comunitários uma das estratégias de enfrentamento de maior crescimento nas últimas décadas. O objetivo deste trabalho é registrar a memória de experiências de programa e projetos educacionais extensionistas de luta de estudantes das escolas públicas no enfrentamento aos processos seletivos, mas também na difícil escolha de profissão, carreira, curso e instituição de ensino. A metodologia consistiu no estudo documental dos projetos e relatórios do programa Cursinho Pré-vestibular Comunitário do IFSP Campus Sertãozinho e dos projetos Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest) e Congresso de Profissões implementados neste *campus*. Os resultados encontrados indicam que nas escolas estaduais uma grande parcela dos estudantes apresentava pouca informação sobre processos seletivos das universidades, os cursos oferecidos e as políticas de permanência e êxito, bem como a natureza dos cursos e da atuação do profissional formado. A socialização de informações (Infovest) e o acesso às atividades e estruturas de suporte a estes estudantes vestibulandos (Congresso de Profissões e/ou Cursinho) aumentou a autoestima, o interesse e a participação destes na busca pelo ensino universitário. A integração entre o Programa e os Projetos potencializou as oportunidades para os estudantes das escolas públicas e cursinhos populares e comunitários atendidos, como as aprovações em instituições de ensino universitário, mas também em cursos técnicos e em processos de seleção para o mundo do trabalho.

Palavras-Chave: curso pré-vestibular; comunitário; profissões; vestibulando; informação.

Abstract: The history of basic and higher education in Brazil has been marked by the exclusion of a large part of society, especially the working class. The struggle for access to education has been one of the main causes of social movements led by workers and their children. In this context, popular and community-based preparatory courses for university entrance exams have emerged as one of the fastest-growing strategies in recent decades. This study aims to document the experiences and memories of extension programs and educational projects designed to support public school students, not only in overcoming entrance exam challenges but also in making difficult decisions regarding their profession, career, course, and educational institution. The methodology consisted of a documentary study of projects and reports from the Community University Entrance Exam Preparatory Course Program at IFSP Sertãozinho campus, as well as the University Applicant Information System (Infovest) and Career Congress projects implemented at the campus. The results indicate that a significant portion of students from public schools had little information about university entrance exams, available

courses, policies for student retention and success, as well as the nature of the programs and the professional fields they prepare for. The dissemination of information (Infovest) and access to support activities and structures for these students (Career Congress and/or Preparatory Course) increased their self-esteem, interest, and participation in pursuing higher education. The integration between the Program and the Projects enhanced opportunities for students from public schools and community-based preparatory courses, leading not only to university admissions but also to technical courses and job market selection processes.

Keywords: *preparatory course; community-based; careers; university applicants; information.*

INTRODUÇÃO

O surgimento e proliferação dos cursinhos pré-vestibulares comunitários ou populares está associado a pelo menos dois fatores principais: exclusão histórica do acesso ao ensino universitário brasileiro, particularmente para os pobres, afrodescendentes e indígenas; e o fortalecimento da luta pela democratização do acesso a esse nível de ensino (Pereira, 2010). Esses tipos de pré-vestibulares fazem parte de uma mobilização nacional no curso da redemocratização do Brasil e reflete a problemática do acesso à universidade pública e do aumento da demanda da população pelo ensino universitário, consequência da expansão da educação básica, urbanização e transformações no mercado do trabalho (Zago, 2008).

A história dos cursinhos comunitários e populares no Brasil apresentam pelo menos quatro principais momentos: a criação dos cursinhos da Politécnica da USP capital e CAASO do *campus* de São Carlos-SP, nos anos 1950, no contexto do debate sobre concepções de Brasil no desenvolvimento democrático; os cursinhos criados sob a influência da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no contexto “novos” movimentos sociais da década de 1970 em oposição e resistência ao regime da ditadura militar; os cursinhos criados a partir dos estudantes universitários e suas entidades de representação, a partir da transição dos anos 1980, no contexto dos “novíssimos” movimentos sociais; e a convergência das experiências destes três momentos numa perspectiva da educação popular, localizados nos *campi* universitários ou em administrações progressistas (Castro, 2005).

Em Sertãozinho-SP, município de 126.887 habitantes em 2022 (IBGE, 2024) localizado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, a luta dos estudantes pelo acesso à universidade pública através dos cursinhos populares e comunitários data dos anos 1990, com a mobilização por transporte público gratuito para o município de Ribeirão Preto onde havia

sido criado o primeiro cursinho dessa natureza na Região: o Centro de Apoio Popular Estudantil (CAPE). Só nos anos 2000, estudantes sertanezinhos (e dos municípios vizinhos) passaram a contar localmente com esse tipo de projeto: o Pré-vestibular Comunitário Paulo Freire (PVC Paulo Freire).

O início da história do que viria a ser o *Campus Sertãozinho* do IFSP ocorre a partir de 1996, mas é a partir dos anos 2010 que o *campus* passa a produzir um percurso com destaque para a atuação na Extensão, com projetos, programas e cursos desenvolvidos através de editais da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP e da Diretoria de Extensão do *campus*. Na área da Educação, diversos projetos foram desenvolvidos, com destaque para a integração entre o Programa “Cursinho Popular do *Campus Sertãozinho* do IFSP” e os projetos “Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest)” e “Congresso de Profissões”. Estes Programa e Projetos estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU): 1 (Erradicação da pobreza), 3 (Saúde e bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 5 (Igualdade de gênero), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 17 (Parcerias e meios de implementação).

A primeira experiência entre as atividades citadas ocorreu em 2016 com a fundação do Cursinho Pré-vestibular através de servidores e servidoras docentes e técnico-administrativos com trajetórias por cursinhos populares e comunitários (como egressos, docentes voluntários e/ou fundadores e diretores) em parceria com a comunidade externa por meio da Associação Cabeça di Nego e de docentes voluntários. Nos anos seguintes, as parcerias foram ampliadas, com a comunidade externa, através do Conselho Municipal da Juventude de Sertãozinho e o Laboratório de Neurobiologia e Peçonhas (USP-RP), e, com a comunidade interna, com o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Licenciatura em Química e com o Comitê Local para a Promoção dos Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e de Gênero do *Campus Sertãozinho* do IFSP (“Comitê da Diversidade”).

A principal motivação para a fundação do Cursinho partiu da grande demanda de estudantes do Ensino Médio das escolas públicas, enquanto as principais referências na elaboração do projeto inicial vieram das experiências do CAPE de Ribeirão Preto-SP e do PVC Paulo Freire de Sertãozinho-SP. O CAPE foi uma das primeiras iniciativas de cursinho popular da região de Ribeirão Preto, incentivando a criação de outros cursinhos populares ribeirão-pretanos e em vários municípios do interior e de outros estados (Castro, 2005). O PVC Paulo Freire, fundado em 2001 por egressos e docentes do CAPE e docentes e universitários sertanezinhos (COSTA, 2015; Castro, 2005), e teve influência local na fundação dos cursinhos do IFSP e Edgar Morin.

Durante o ano de 2015, já havia um movimento de servidores do *Campus* Sertãozinho para a fundação de um cursinho, mas a iniciativa encontrou dificuldades com a baixa adesão de servidores voluntários. No ano de 2016, um Edital da Pró-reitoria de Extensão sobre “Programa de Cursinhos Comunitários” com pagamento de bolsas para estudantes universitários ministrarem aulas, fornecimento de material didático (apostilas e cadernos de simulados) e de recursos de manutenção, e, o apoio da Direção-Geral do *Campus* através de decisão de tornar o programa do Cursinho uma das prioridades e estratégias de gestão, contribuíram para um movimento com alguns servidores e estudantes em prol da fundação.

Seguindo as orientações e determinações do Edital e as experiências acumuladas no CAPE e no PVC Paulo Freire e considerando um diagnóstico territorializado da microrregião de Sertãozinho-SP, foi escrito e submetido um projeto para o Programa

de Cursinhos Comunitários. Paralelo ao cronograma do Edital, a equipe constituída no *Campus* foi implementando um conjunto de etapas prévias (divulgação nas escolas e redes sociais; convites para professores voluntários da comunidade; parcerias com movimentos sociais) e complementares ao exposto neste Documento orientador (construção do processo seletivo através de critérios socioeconômicos e percurso educacional, além de sistema de cotas), e envolvendo as comunidades internas e externas.

A aprovação do projeto sertanezinho no Edital formalizou o processo e mobilização em desenvolvimento e oficializou a realização do Cursinho no ano de 2016. A divulgação do processo de inscrição para estudantes foi realizada nas redes sociais do *Campus* e dos membros da equipe de implantação, contando com forte circulação no meio estudantil interno (estudantes do Ensino Médio Integrado) e externo, em especial em Sertãozinho-SP, Pontal-SP e Barrinha-SP.

Figura 1 – Divulgação resultado do Edital do Programa Institucional de Cursinhos Populares 2018



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CURSINHOS POPULARES DO IFSP

RESULTADO FINAL

EDITAL Nº 903, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), tendo em vista o estabelecido no Edital nº 903, de 11 de dezembro de 2017, após a análise da COMISSÃO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS, instituída pela Portaria nº 689, de 05 de março de 2018, torna público o resultado final da classificação das propostas.

PROPOSTAS CLASSIFICADAS

Nº	Projeto	Câmpus	Pontuação
1	Cursinho Popular do IFSP Campus Sertãozinho	SRT	99
2	Cursinho Popular - IFSP Caraguatatuba	CAR	98
3	Cursinho Popular do IFSP Guarulhos	GRU	92
4	Cursinho Popular Eremitas Delizolcov	SMP	89
5	Cursinho Popular IFSP/PEP	PEP	84
6	Cursinho Popular do IFSP - Catanduva - SP	CTD	82
7	Cursinho Popular IFSP Campus Piracicaba	PRC	82
8	Cursinho Popular "Djanira da Motta e Silva"	AVR	74
9	Cursinho Popular "Hannah Arendt"	BRI	74
10	Cursinho Popular do IFSP Campus Capivari: Semeando o Futuro	CPV	73

Observação: - Conforme o disposto no Edital nº 903/2017, receberão o fomento 09 projetos dentre as propostas classificadas (item 1.1 do edital);

- Após esta publicação, os coordenadores dos 09 projetos contemplados deverão encaminhar para o e-mail: cursinhopopularifsp@ifsp.edu.br, com cópia para: ddp@ifsp.edu.br, até o dia 15 de abril de 2018, termo de referência para aquisição dos materiais indicados na proposta conforme o modelo disponível na Plataforma Sigproj e no site do IFSP, constando o número do processo no SUAP, bem como o recebimento pelo setor do câmpus, ou documento que comprove autorização da direção para uso de quantitativo do câmpus em ata de registro de preços vigente (item 10.1 do edital);

- O não encaminhamento do documento previsto no item 10.1 do edital pelos coordenadores terão suas propostas **desclassificadas** (item 10.2 do edital).

Wilson de Andrade Matos
Pró-reitor de Extensão
(assinatura no original)

Fonte: arquivo pessoal do autor.

As inscrições foram estruturadas segundo algumas categorias, como estudantes de escolas públicas estaduais (50% das vagas), estudantes egressos ou estudantes do *campus* (40%), estudantes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (5%), estudantes em condição de vulnerabilidade social (5%), entre outros. O Edital previa a oferta de 40 vagas, mas, inicialmente o Programa já ofertava 80 vagas distribuídas em duas turmas de 40 estudantes – as turmas foram compostas através de alternância de candidatos na lista de matrícula por ordem alfabética, evitando qualquer classificação quanto às categorias, cotas ou avaliação socioeconômica).

O processo seletivo consistiu em um período de inscrição, com preenchimento de uma ficha contendo dados socioeconômicos (pessoais e familiares), seguido de conferência e análise de documentos comprobatórios e entrevista presencial. A classificação em todas as categorias seguiu cálculo da renda per capita familiar, considerando a menor renda como a primeira posição, e assim sucessivamente. A lista de classificação geral foi divulgada com a convocação para 90 matrículas, além da divulgação da lista de espera por categoria e cota – no primeiro ano foram quase 300 inscrições e mais de 200 aprovados para matrícula ou lista de espera. Foram desclassificados estudantes que faltaram no período de conferência dos documentos e entrevistas, assim como aqueles que não apresentaram documentação e justificativa condizente aos dados informados na ficha de inscrição.

Concomitante ao processo de constituição do Cursinho aprovado no Edital de Programa de Extensão, foi submetido o “Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest) e Congresso de Profissões” no Edital de Projetos de Extensão. Os dois subprojetos foram pensados e organizados para atender os estudantes das escolas públicas estaduais, dos cursinhos populares e comunitários e do *Campus* Sertãozinho, em fase de preparação para a escolha profissional e o enfrentamento dos vestibulares e sistema ENEM-SISU (Exame Nacional do Ensino Médio e Sistema de Seleção Unificada). O Projeto também foi aprovado pelo processo do Edital de 2016.

O Infovest foi o subprojeto responsável pela coleta, análise, interpretação e organização dos dados coletados nas instituições atendidas pelo Projeto, mas, principalmente, na coleta, organização e divulgação de informações sobre os vestibulares e o ENEM-SISU – a como os períodos de pedido de isenção nas taxas e de inscrição, documentação necessária para inscrição, cursos oferecidos nas instituições, políticas de permanência e êxito no ensino universitário, entre outros – para a divulgação nestas escolas e cursinhos. Para a eficiência da comunicação com os estudantes interessados, foram criados uma página eletrônica (site) e perfis no Facebook e Instagram, além do uso das páginas do *campus* – em situações específicas e mais gerais, como a divulgação do Congresso.

Figura 2 – Cursinho: logo criado voluntariamente por artista sertanezinho



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 3 – Arte de divulgação do site do Infovest



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/infovestifsp>, postado em 20/05/2016, acesso em 11/01/2025.

Figura 4 – Logo do Infovest produzido pelos estudantes bolsistas



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/infovestifsp>, postado em 26/04/2016, acesso em 11/01/2025.

O subprojeto Congresso de Profissões consistiu na organização de um evento com palestras sobre cursos universitários, profissões e carreiras. A organização do evento ocorreu após visitas às turmas de 3º ano do Ensino Médio de todas as escolas estaduais de Sertãozinho-SP, Dumont-SP, Pontal-SP e Barrinha-SP, no início do ano letivo. Nessa primeira visita, foram apresentados o Cursinho, o Congresso e o Infovest. Na ocasião, anonimamente, os estudantes preencheram um pequeno formulário sobre questões pessoais referentes às perspectivas profissionais e educacionais para o próximo ano, as áreas de conhecimento de afinidade, cursos universitários, técnicos e profissionalizantes de interesse e instituições de ensino superior de preferência. Os dados foram organizados em gráficos, por turma e escola visitadas, impressos individualmente em cartazes e entregues nessas turmas e escolas na segunda visita realizada durante o ano letivo, no segundo semestre, para a divulgação das inscrições do Congresso, cronograma e estrutura de palestras nas áreas do conhecimento, com os cursos e profissões.

Figura 5 – Arte de divulgação das inscrições do III Congresso de Profissões em 2018



Fonte: arquivo pessoal do autor.

ATIVIDADES REALIZADAS

As aulas do Cursinho foram iniciadas com a Semana de Integração, com objetivo de proporcionar a socialização inicial entre os alunos selecionados e destes com o corpo docente e equipe coordenadora do projeto, bem como a apresentação do projeto político pedagógico do Cursinho e do *campus* e seus setores e espaços. Foram organizadas palestras com servidores sobre diversos temas, como: ENEM e SISU; vestibulares; rotina, hábitos e estratégias de estudo; atividades culturais. O horário de aulas foi organizado para o período noturno buscando atender também o estudante trabalhador, com aulas de 50 minutos distribuídas entre 19 e 23h, de segunda a sexta-feira. O intervalo seguiu o mesmo horário de funcionamento do *campus* no turno da noite, para que os estudantes pudessem interagir com os colegas dos cursos de EJA e universitários.

O horário semanal contemplou todos os componentes curriculares, buscando uma distribuição de carga horária inspirada na estruturação da prova do ENEM: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Códigos e Matemática. O corpo docente foi composto por estudantes bolsistas e voluntários dos cursos universitários do *campus*, estudantes voluntários matriculados em outras instituições universitárias em Sertãozinho-SP ou Região, servidores do *campus* em condição de voluntários e docentes voluntários da comunidade externa. A preparação do corpo docente para o início do ano letivo ocorreu com reuniões pedagógicas anteriores ao início das aulas, onde se discutiu o planejamento pedagógico geral e o cronograma por componentes curriculares e suas frentes. Durante o ano, ocorreram reuniões semanais de avaliação da semana em conclusão e planejamento da semana seguinte, tendo como objetivo principalmente a formação dos docentes em formação (estudantes dos cursos universitários) e o acompanhamento das demandas dos estudantes pré-vestibulandos.

Durante o ano letivo, outros servidores e membros da comunidade externa foram convidados para palestras e oficinas sobre temas de atualidades e assuntos de interesse e importância para o público atendido, bem como ocorreram atividades acadêmicas, culturais e políticas. Os simulados preparatórios foram aplicados nos finais de semana, buscando reproduzir as condições dos vestibulares. No primeiro ano de funcionamento do Cursinho (em 2016), a Pró-Reitoria de Extensão forneceu as apostilas didáticas para os estudantes e docentes, bem como os cadernos dos simulados. Localmente, foram conquistados junto à Direção-Geral do *campus*: merenda escolar, camisetas para estudantes, docentes e equipe coordenadora, duas salas de aulas, cadastramento dos alunos junto à Biblioteca do *campus*, cota de fotocópias para produção do Caderno de Férias (caderno de exercícios) e de listas de exercícios, esquemas e roteiros para as aulas regulares.

Figura 6 – Cursinho: palestra sobre políticas e programas de permanência e êxito nas universidades



Fonte: produção do autor, 26/06/2018.

Figura 7 – Cursinho: simulado ENEM



Fonte: produção do autor, 22/10/2016.

Figura 8 – Cartaz de divulgação de Simulado do Cursinho



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Algumas atividades pedagógicas e culturais ocorreram no formato de cursos e atividades livres, permitindo a participação de estudantes não matriculados no Cursinho, como aqueles do Ensino Médio do IFSP e das escolas públicas estaduais, bem como dos cursinhos populares e comunitários, e interessados em geral.

Figura 9 – Atividade organizada pelo Cursinho



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A elevada procura pelo Cursinho fez com que no segundo ano da oferta do Programa (em 2017), fosse criada uma terceira turma, no período da tarde, permitindo aos estudantes trabalhadores no período noturno e estudantes das escolas públicas estaduais de 3º ano noturno, cursarem no contra-turno. Também foram contemplados estudantes do 4º ano do EMI do *Campus* que cursavam no período matutino, especialmente aqueles residentes nos bairros mais distantes da cidade ou nos municípios vizinhos de Pontal-SP, Barrinha-SP, Dumont-SP e Pitangueiras-SP.

O Infovest iniciou suas atividades com o planejamento coletivo realizado com os bolsistas e voluntários do Projeto, estudantes matriculados nos cursos de EMI e universitários do *campus* – uma característica importante do Projeto foi a participação de estudantes do Ensino Médio e Universitário, tanto como bolsistas quanto como voluntários, proporcionando uma rica formação e troca de experiências. Partindo da proposta submetida no Edital, foram avaliadas as atividades do Projeto contemplado e incluídos eventos sugeridos pelos membros a partir das suas experiências como estudantes concluintes do EMI (vestibulandos), vivência inicial no Cursinho do *campus* e início da atividade docência – todas as sugestões foram discutidas e analisadas antes da inclusão no planejamento e cronograma.

A comunicação efetiva com os estudantes e egressos das escolas públicas de Sertãozinho-SP e microrregião foi tomada como prioridade pelo

Projeto, e a principal estratégia assumida foi o uso da comunicação regular e sistemática através dos meios digitais: primeiramente, através do 'site' e redes sociais do *campus*, mas, principalmente, com a criação e divulgação das páginas do Infovest: 'site', Facebook e Instagram. A divulgação das informações pesquisadas e organizadas sobre ENEM e SISU, principais vestibulares paulistas, processos seletivos de instituições da Região etc., passou a acontecer de forma regular e com periodicidade semanal, mantendo, portanto, uma frequência de acesso às páginas do Infovest pelos estudantes interessados, ou seja, o público-alvo do Projeto, e, conseqüentemente uma forte interação, emitindo informações e recebendo demandas (dúvidas, solicitações).

Figura 10 –Infovest: cartaz produzido para a Escola Ferruccio, Sertãozinho-SP, 2017



Fonte: arquivo pessoal do autor

A abertura de canais de comunicação para receber as demandas dos estudantes (dúvidas, curiosidades etc.). Essas estratégias digitais foram aprofundadas com as visitas às escolas e cursinhos populares comunitários, em duas ocasiões: a primeira com a coleta de informações sobre os interesses dos vestibulandos (dados para alimentar as páginas eletrônicas e, principalmente, para a construção do Congresso de Profissões, a partir das demandas dos estudantes participantes); e, a segunda, com a devolutiva sobre o perfil das turmas e da escola quanto aos cursos/carreiras/profissões de interesse. Outra forma de estar em algumas escolas foi através de palestras e oficinas sobre ENEM, SISU etc.

Figura 11 –Infovest: palestra sobre ENEM, Escola Est. Constante Ometto, Pradópolis-SP



Fonte: autoria de Patrícia Machado Domingues, 31/05/2017, arquivo pessoal do autor.

Figura 12 – Arte do Infovest sobre vestibulares



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/infovestifsp>, 26/06/2017, acesso em 11/01/2025.

Figura 13 – Arte de divulgação do ENEM



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O subprojeto Congresso de Profissões é um desdobramento da pesquisa desenvolvida a partir dos levantamentos realizados nas escolas públicas estaduais e nos cursinhos populares e comunitários, constituindo-se a principal atividade presencial do Infovest. Os dados coletados em cada escola e cursinho foram analisados e organizados por área do conhecimento, grupos de profissões e carreiras e cursos universitários. O Congresso foi planejado para acontecer antes do início do período de inscrição dos processos seletivos das principais universidades, buscando oferecer informações aos vestibulandos sobre cursos, carreiras e profissões em um momento de tomada de decisão ou de confirmação de escolha.

O Congresso ocorre sempre em um sábado, para permitir que o máximo de estudantes e trabalhadores e trabalhadoras possam participar, inclusive aqueles residentes e/ou com trabalho nos municípios vizinhos. Todas as palestras sobre os cursos-profissões, são agrupadas em blocos com horários específicos para um conjunto de salas temáticas, cada qual com uma ou mais palestras – a quantidade de cursos-palestras por sala é definida a partir do número de inscritos por curso-profissão e segundo a aderência temática e de área destes.

A maior parte das palestras são ministradas por estudantes egressos dos cursos de Ensino Médio Integrado e/ou Universitário e por servidores docentes e técnico-administrativos do *Campus*, complementados por convidados palestrantes voluntários da comunidade externa. As palestras dos cursos-profissões contemplam especificidades do processo seletivo, grade e particularidades do curso e possibilidades de atuação no mundo do trabalho. Nos três primeiros anos do Congresso (2016, 2017 e 2018), entre 300 e 400 estudantes por ano estiveram assistindo as palestras.

Figura 14 – Arte de divulgação da estrutura das palestras do II Congresso de Profissões, em 2017



Fonte: arquivo pessoal do autor

Figura 15 – Material de divulgação pós-Congresso de Profissões, em 2017



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/infovestifsp>, publicado em 24/08/2017, acesso em 11/01/2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre o Programa de Cursinhos Populares e Comunitários e o Projeto Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest) e Congresso de Profissões permitiu potencializar cada atividade extensionista em seu acontecer independente e em integração. Para o Cursinho, as informações divulgadas pelo Infovest e pelo Congresso de Profissões instrumentalizou seus estudantes vestibulandos, contribuiu com a formação em exercício de seu corpo docente e corpo diretivo e fortaleceu seu projeto pedagógico, além de que, conforme estudantes das escolas estaduais entravam em contato com o Projeto, direta e indiretamente o Cursinho passava a ser conhecido – o mesmo aconteceu com o *Campus Sertãozinho*, que passou a ser mais conhecido principalmente nas escolas periféricas de Sertãozinho-SP e municípios vizinhos.

Para os estudantes vestibulandos do Cursinho e das escolas públicas estaduais e outros cursinhos populares e comunitários, as informações divulgadas pelo Projeto contribuíram para uma escolha mais assertiva entre cursos e carreiras, mas principalmente

para: conhecer as diferenças entre os processos seletivos; as regras obrigatórias para pedido de isenção da taxa e de inscrição no processo, comprovação de informações e documentos, realização da prova e matrícula; dicas e estratégias para a preparação nos estudos e na questão emocional; as políticas e programa de permanência e êxito que aumentam as possibilidades principalmente para os estudantes carentes.

A entrada do Infovest fisicamente nas escolas através das visitas permitiu que a atividade extensionista construísse uma relação de empatia, confiança, interação e escuta com estudantes em condições de desassistência de programas e políticas públicas e sem perspectivas para o mundo do ensino universitário e do mundo do trabalho. Os canais de comunicação digital forma indispensáveis para manter essas condições no intervalo entre as visitas no início de cada semestre, mas também para dar conta de algumas demandas informacionais destes estudantes.

A realização do Congresso de Profissões envolveu e integrou os bolsistas do Programa e do Projeto na organização do evento, da mesma forma que integrou servidores docentes e técnico-administrativos como palestrantes e suporte para o evento, e ainda integrando os estudantes egressos do *campus* (agora universitários) com aqueles matriculados nos cursos superiores e com aqueles da comunidade externa. A grande participação de estudantes das escolas públicas de Sertãozinho-SP e microrregião permitiu ao *campus* abrir suas portas e receber a comunidade externa, enquanto essa conseguir transpor os muros e grades das instituições onde estudam e das determinações socioeconômicas que quase sempre são colocadas.

Dos três anos de integração entre Programa e Projeto, nasceram trabalhos apresentados nos Congressos de Educação e de Extensão, bem como a realização do 1º Fórum dos Cursinhos Populares e Comunitários do IFSP, assim como o fortalecimento dos

três cursos de Licenciatura do *campus*. Da experiência exitosa do Cursinho através da sua elevada taxa de aprovação nos Vestibulares, mas principalmente por meio do seu caráter agregador e de parcerias, nasceu, entre os estudantes do Ensino Médio Integrado — alguns deles estudantes do Cursinho —, o Cursinho Pré-Vestibulinho com aulas para os estudantes concluintes do Ensino Fundamental em escolas públicas com interesse em cursar o EMI do *Campus*.

Figura 16 – Apresentação de trabalho por bolsistas no Conemac 2016



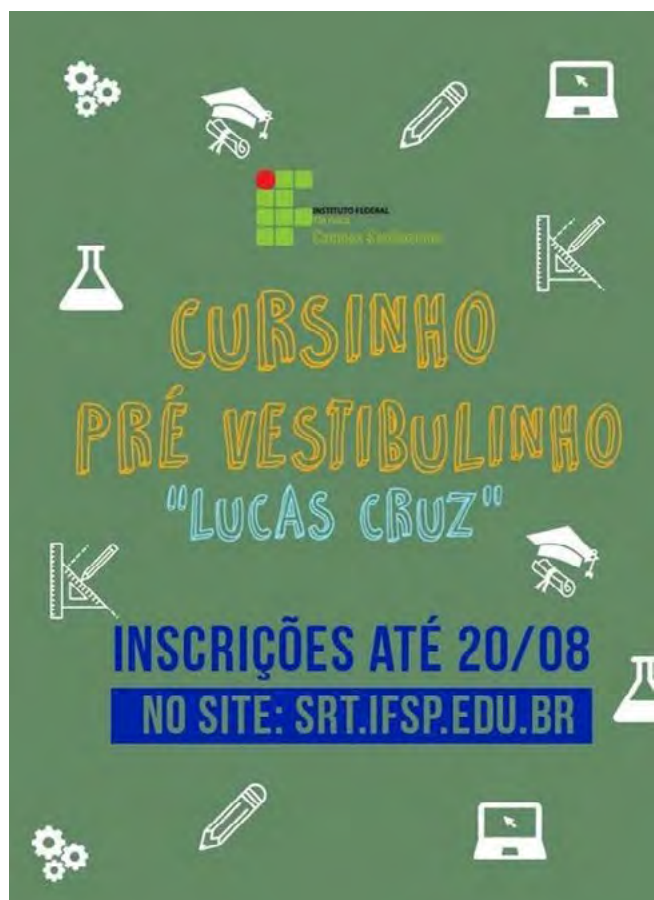
Fonte: Reinaldo Tronto, 9/11/2016, arquivo pessoal.

Figura 17 – Fórum dos Cursinhos Populares e Comunitários no III Conemac, em 2016



Fonte: Reinaldo Tronto, 9/11/2016, arquivo pessoal

Figura 18 – Arte de divulgação do cursinho pré-vestibulinho criado pelos alunos do EMI



Fonte: <https://www.facebook.com/infovestifsp>, publicado em 16/08/2017, acesso em 11/01/2025

REFERÊNCIAS

CASTRO, C. A. de. *Cursinhos alternativos e populares: movimentos territoriais e de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil*. Dissertação de Mestrado, PPG em Geografia da FCT-UNESP. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2005.

COSTA, J. R. *Mudanças no perfil socioeconômico do aluno do Pré-vestibular Comunitário Paulo Freire*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Química. Sertãozinho, SP: IFSP, 2015.

IBGE. *Censo 2022 Panorama*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2025. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>, acesso em 10/02/2025.

PEREIRA, T. I. et al. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. *REP – Revista Espaço Pedagógico*, v.17, n.1., Passo Fundo, RS, p. 86-96, jan./jun. 2010.

AUTOR. *Relatório do Programa de Extensão "Cursinho Pré-vestibular do IFSP"*, ano 2016. Sertãozinho, SP: no prelo, 2017a.

AUTOR. *Relatório do Projeto de Extensão "Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest) e Congresso de Profissões"*, ano 2016. Sertãozinho, SP: no prelo, 2017b.

AUTOR. *Relatório do Programa de Extensão "Cursinho Pré-vestibular do IFSP"*, ano 2018. Sertãozinho, SP: no prelo, 2019a.

AUTOR. *Relatório do Projeto de Extensão "Sistema de Informação ao Vestibulando (Infovest) e Congresso de Profissões"*, ano 2018. Sertãozinho, SP: no prelo, 2019b.

ZAGO, N. *Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas*. Perspectiva, Florianópolis, SC, v.26, n.1, 149-174, 2008.

PROJETO DE EXTENSÃO “LEIS 10.639/03 E 11.645/08: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”: RELATOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTADAS NAS ODS 4 E 10

Ana Beatriz Maia Garcia¹

Priscila Elisabete da Silva²

¹ Doutora em Educação (USP), historiadora e pedagoga (USP), especialista em Gestão Pública Municipal (UNIFAL). Professora EBT, IFSP, Campus Sertãozinho e docente da Faculdade Euclides da Cunha

² Doutora em Educação (USP), socióloga (UNESP), pesquisadora das relações raciais e educação no Brasil. Docente da Faculdade Sesi-SP de Educação

RESUMO: O Projeto de Extensão objetivou expandir o conhecimento de docentes e discentes da Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) a respeito da história e cultura dos povos originários. Os temas e questões fundamentados nas leis 10.639/03 e 11.645/08 se mostraram amplos, sendo necessário a busca por novas fontes e formas de adquirir conhecimento, promovendo contato direto com práticas e objetos culturais, artísticos e religiosos. As atividades ocorreram em quatro etapas, com a finalidade de contribuir para uma educação antirracista, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 4 - Educação de Qualidade e 10 - Redução de Desigualdades.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; ODS 4; ODS 10; Ancestralidade.

ABSTRACT: *The Extension Project aimed to expand the knowledge of teachers and students at Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) regarding the history and culture of original peoples. The themes and questions based on laws 10,639/03 and 11,645/08 proved to be broad, making it necessary to search for new sources and ways of acquiring knowledge, promoting direct contact with cultural, artistic and religious practices and objects. The activities took place in 4 stages, with the purpose of contributing to anti-racist education, aligned with Sustainable Development Goals 4 - Quality Education and 10 - Reducing Inequalities.*

Key words: Law 10.639/03; Law 11.645/08; SDG 4; SDG 10; Ancestry.

INTRODUÇÃO

A iniciativa deste Projeto de Cultura e Extensão denominado “Leis 10.639/03 e 11.645/08: educação antirracista e relações étnico-raciais” deu-se pela necessidade de expandir o conhecimento de docentes e discentes da Faculdade Euclides da Cunha (FEUC)¹, a respeito da história e cultura dos africanos, afrobrasileiros e indígenas brasileiros, em complementação às aulas das disciplinas que foram ministradas no curso de Licenciatura em História – História da África, Historiografia Geral e do Brasil I e II e História Regional, durante o ano letivo de 2024.

Nessas disciplinas, apesar de dialogarmos academicamente sobre as principais linhas de interpretações historiográficas sobre a formação do povo brasileiro, de sua nacionalidade e identidade, os temas e questões que

1 A Faculdade Euclides da Cunha (FEUC) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo é uma instituição pública, autarquia municipal, criada em 1965. Em 2014, a instituição se filiou a AIMES-SP- Associação de Instituições Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Atualmente, a faculdade possui cursos presenciais de graduação de licenciatura em Pedagogia, História, Ciências da Natureza e Educação Física, e bacharelado em Administração e Biomedicina. Para mais informações, ver <https://feucriopardo.edu.br/>.

envolvem a história, cultura e contribuições dos africanos, afrobrasileiros e povos originários se mostram amplos, o que motivou a buscar outras estratégias para alargar o conhecimento do/as futuro/as profissionais da educação, em especial que promovesse contato direto com diferentes dimensões da cosmovisão desses povos por centenas de anos subjugados na história e na historiografia geral e brasileira.

Conforme uma das principais pesquisadoras da área, Petronilha Silva (2005) aponta que uma formação dessa natureza requer, além do acesso a textos acadêmicos, contato com práticas, objetos culturais, com a dimensão do Sagrado, pois trata-se de um conhecimento calcado na história oral, nas práticas e expressões artísticas e espirituais.

Atenta a esse pressuposto, foi desenvolvido um projeto de cultura e extensão que possibilitasse uma vivência formativa para os graduando/as do curso de Licenciatura em História, mas também para demais formando/as nas licenciaturas da faculdade (Educação Física e Pedagogia), além da formação continuada para o corpo docente da instituição, da rede básica de ensino e público externo interessado.

Para isso, além dos estudos realizados em sala de aula, este projeto propôs a formação histórica e cultural extracurricular, com o objetivo de proporcionar momentos de apreciação e formação em espaços não formais.

O projeto foi desenvolvido para que o/as discentes, docentes, pesquisadore/as e público em geral interessados no tema pudessem ter experiências e adquirissem conhecimento para além da sala de aula, com as vivências no museu, oficina e mesas redondas, que contribuam para sua formação em história e cultura africana, afrobrasileira e indígena, assim auxiliando na prática pedagógica voltadas às relações étnico-raciais e educação antirracista.

Além disso, o projeto também propôs fomentar as aulas práticas do componente curricular prático de História da África, de acordo com a matriz curricular do curso de Licenciatura em História, assim como subsidiar iniciativas de formação que visam estruturar atividades para o mês da Consciência Negra, em parceria com o curso de Licenciatura em Pedagogia, dentro de uma perspectiva antirracista e integrada aos ODS.

A legislação 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura dos africanos, afrobrasileiros e indígenas no currículo da educação básica, impôs a necessidade de ações para que o/as formando/as pudessem estar preparado/as para cumprir de forma desejável essa normativa em sua atuação como futuros docentes e como cidadãos. A iniciativa teve por objetivo proporcionar atividades práticas e aprofundamento teórico fundamentados nas referidas leis.

Esses objetivos pedagógicos estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados pela Organização das Nações Unidas (ONU),

que integram a Agenda 2030, movimento mundial colaborativo para fomentar ações de melhorias para a vida em escala mundial. Entre os 17 ODS, destacamos o número 4, Educação de Qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos; e o número 10, Redução das Desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Dentre as metas das ODS 4 e 10, o projeto deu ênfase às metas:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2025).

O projeto buscou estimular práticas de formação com entidades parceiras, em especial, com o movimento negro do município de São José do Rio Pardo de Mococa, formadas por organizações não governamentais da região, e instituições e grupos de pesquisa universitários externos.

As atividades teórico-práticas foram desenvolvidas por meio de 4 etapas: 1) a visita com monitoria pedagógica ao Museu AfroBrasil e Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo; 2) Avaliação das visitas pelos participantes e análise dos dados; 3) oficina sobre populações indígenas e sua cultura, e 4) participação em evento acadêmico com mesas redondas para público acadêmico e geral, de maneira interativa e participativa.

As atividades ocorreram entre os meses de maio e novembro de 2024. Para a visita aos museus em São Paulo, foi solicitado apoio à Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, mantenedora da faculdade, para o recurso do transporte.

Para a oficina, foi utilizado material pesquisado na internet e cedido pela faculdade; para as

mesas redondas, foram convidados pesquisadores voluntários, com a divulgação e equipamentos da própria instituição.

A equipe executora do projeto de cultura e extensão foi composta pela coordenação da Profa. Dra. Ana Beatriz Maia Garcia, Direção Acadêmica, membros do Corpo docente e funcionários e pesquisadora externa convidada, Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva.

O projeto atingiu, além dos discentes e docentes, movimentos sociais da região, contribuindo para a expansão das redes antirracista, de valorização da cultura, história e identidade negras, africanas, afrobrasileiras e dos povos originários.

Foram aplicados questionários aos participantes após as atividades, como forma de avaliar as etapas do projeto e trabalhar para o aprimoramento das etapas subsequentes. O primeiro questionário, que consiste em parte da segunda etapa, foi realizado acerca das visitas aos museus, com perguntas qualitativas e quantitativas que forneceram valiosas informações e reflexões sobre o impacto da formação em espaços não-formais para a educação antirracista. Como avaliação da terceira etapa, os graduando em História responderam uma questão qualitativa sobre a oficina a respeito da história e cultura indígena, que trouxeram relatos de experiência e considerações importantes para a devolutiva do alcance do projeto. Na inscrição para a roda de conversa: "Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula", que compôs a quarta etapa, foi aplicado um questionário para colher a percepção do público participante sobre o tema da conversa: sabedoria ancestral. Este instrumento mostrou-se um bom recurso para reflexão colaborativa. Após a finalização do projeto, uma forma de avaliação de sua relevância e efetividade foi sua submissão a publicação em revista científica.

ATIVIDADES REALIZADAS

1ª etapa: Visitas aos museus em São Paulo

Em junho foi realizada a visita didática aos Museu da Língua Portuguesa e Museu AfroBrasil. A intenção de proporcionar o contato com o espaço e objeto museal foi despertar para formas de aprendizagem que utilizem a sensibilidade em seus variados aspectos como o exercício de ver, ouvir e tocar, experimentar, produzir, contemplar e compartilhar experiências.

Como uma ação pedagógica de cultura e extensão, participaram da atividade alunos do curso de formação de professores da instituição, docente Artes em formação continuada (Secretaria de Cultura), aposentados e integrantes do movimento negro riopardense e mocoquense.

No Museu da Língua Portuguesa, os participantes puderam visitar a exposição recém-inaugurada "Línguas africanas que fazem o Brasil", onde aprenderam, por exemplo, a origem africana de palavras do nosso cotidiano como "moleque" ou "fofoca", compreenderam a importância dos sons dos batuques para a religiosidade, a existência da mitologia africana e sua influência na cultura brasileira.

No Museu AfroBrasil, pudemos realizar visita ao acervo permanente sob mediação de profissionais do museu, aprendendo a reconhecer e valorizar as expressões artísticas, culturais e religiosas afro-brasileiras. Os participantes foram separados em dois grupos, e guiados para a contemplação de objetos e instalações diversas no acervo permanente, de acordo com a construção da narrativa de cada monitor.

Com um dos grupos o enfoque a representação do negro africano nas artes plásticas e religiosas, assim como sua sabedoria nas técnicas de trabalho manual como a produção de utensílios em madeira e mineração. O outro grupo pôde apreciar a influência da música e da dança de origem africana na construção da cultura afro-brasileira, como o caso do Maracatu.

Figura 1 e 2 - Visita ao Museu da Língua Portuguesa - Exposição "Línguas que fazem o Brasil"





Fonte: Acervo pessoal de André Brambilla (2024).

Figura 3 - Visita monitorada no Museu AfroBrasil - Acervo permanente



Fonte: Acervo pessoal de André Brambilla (2024).

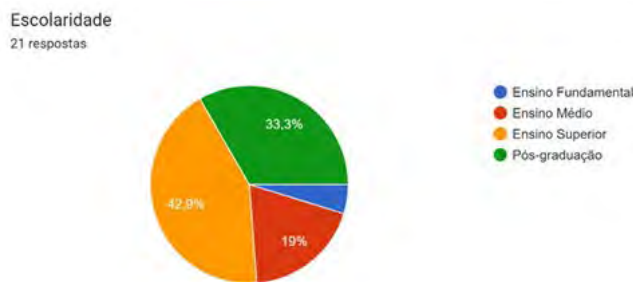
2ª etapa: Avaliação das visitas pelos participantes – levantamento e análise dos dados

Nessa etapa, ocorrida em julho, foi construído um questionário online, e enviado aos participantes (39 pessoas), para avaliação da atividade pedagógica, sugestões e registros de reflexões a partir do que foi aprendido e vivenciado nas visitas.

Dos 39 participantes na viagem didática, 21 pessoas responderam ao questionário quanti-quali. A pesquisa mostrou que o grupo abrangeu de forma diversificada as faixas etárias (de 13 anos à mais de 40 anos), com maior número de representantes entre 19 e 20 anos. Dos respondentes, a maioria era do gênero feminino (71, 4%).

Quanto à escolaridade, igualmente se mostrou diversificada, com predominância de formados no ensino superior em nível de graduação e pós-graduação.

Figura 4 - Nível de escolaridade dos participantes na visita didática aos museus



Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Um dado que consideramos relevante é que, para a maioria dos visitantes, a viagem didática proporcionou um primeiro contato com ambos museus, demonstrando a importância de iniciativas de educação patrimonial e museal como elemento de formação pedagógica e cidadã, promotora de ações que valorizam uma educação antirracista e voltada às relações étnicas e raciais.

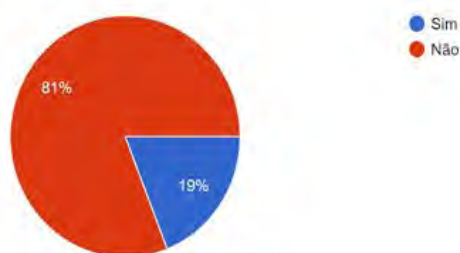
Percebemos que essa ação pedagógica de visita aos museus pode contribuir com aspectos das metas das ODS selecionadas como balizadoras do

projeto: como a 4.7, que versa sobre ações educativas que garantam conhecimentos e habilidades para promover a valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; a 10.2, que trata de criar ações que possam empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica; e a 10.3, que alude sobre a garantia da igualdade de oportunidades e redução de as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

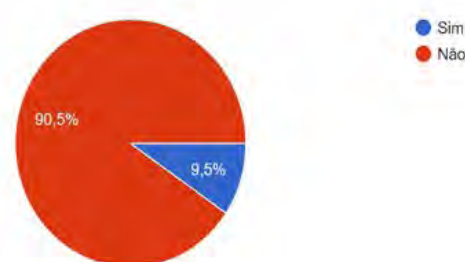
Ao promover o contato com os museus e suas exposições que estão fundamentadas na Lei 10.639/03, o projeto proporcionou aos participantes um novo olhar sobre a história e a cultura africana e afrobrasileira, criando oportunidades de valorização da diversidade cultural, a origem de uso de técnicas e saberes tradicionais que contribuem para um desenvolvimento sustentável, como o uso da madeira e a agricultura de subsistência. As visitas foram suporte de inclusão social, à medida que valorizaram a identidade racial e cultural afrobrasileira, as religiões de matriz africana, a política antirracista na formação de cidadãos, e em especial, na formação de docentes. Além disso, criou oportunidade de formação para um grupo majoritariamente feminino, ação de fomento à eliminação de desigualdades de oportunidade por conta de gênero.

Figura 5 - Gráficos de visita às museus pela primeira vez

Você já tinha visitado o Museu da Língua Portuguesa antes?
21 respostas



Você já tinha visitado o Museu Afro Brasil antes?
21 respostas



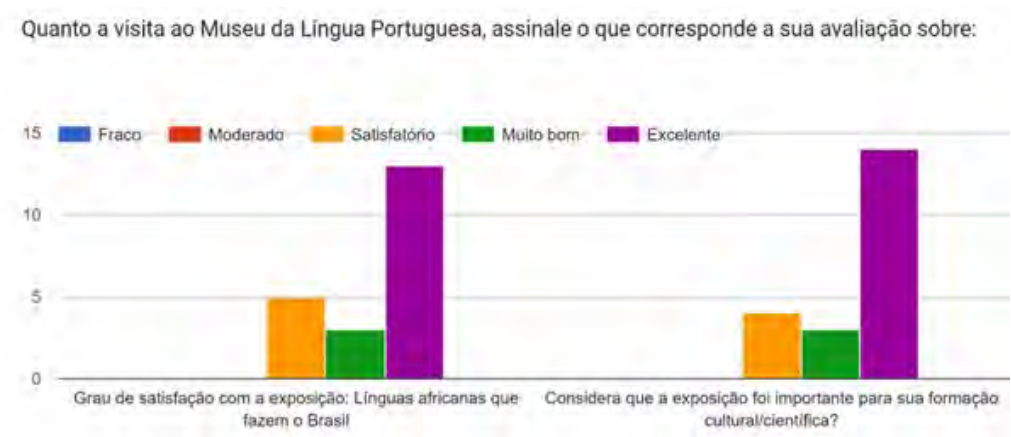
Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

As respostas das questões abertas apontam o impacto positivo da visita realizada. Na avaliação da visita ao Museu da Língua Portuguesa, a maioria classificou como excelente a exposição temática "Línguas africanas que fazem o Brasil" e 14 pessoas consideraram excelente a exposição em termos de importância para sua formação cultural e científica. Na questão sobre a visita guiada ao Museu AfroBrasil, 14 pessoas consideraram excelente a exposição permanente, 15 pessoas consideraram a exposição excelente em termos de importância

para sua formação cultural e científica e 13 pessoas consideraram excelente a visita guiada com monitoria do museu.

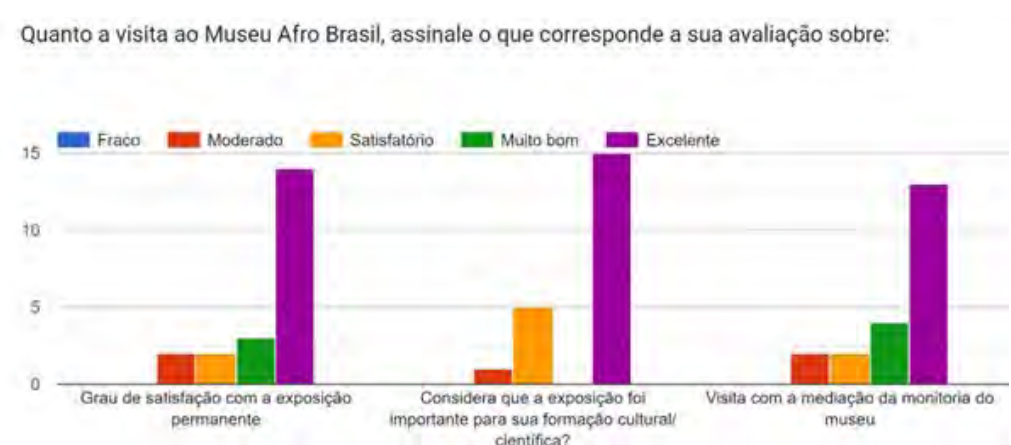
Sobre a contribuição das visitas para a ampliação de seus conhecimentos sobre o tema, 16 pessoas relatam que concordam plenamente em dizer que contribuíram para conhecer aspectos novos, 14 pessoas relatam que concordam plenamente que as visitas motivaram seu pensamento crítico e 17 pessoas concordam plenamente que as visitas expandiram sua visão de mundo.

Figura 6 - Avaliação de satisfação e importância da Visita ao Museu da Língua Portuguesa



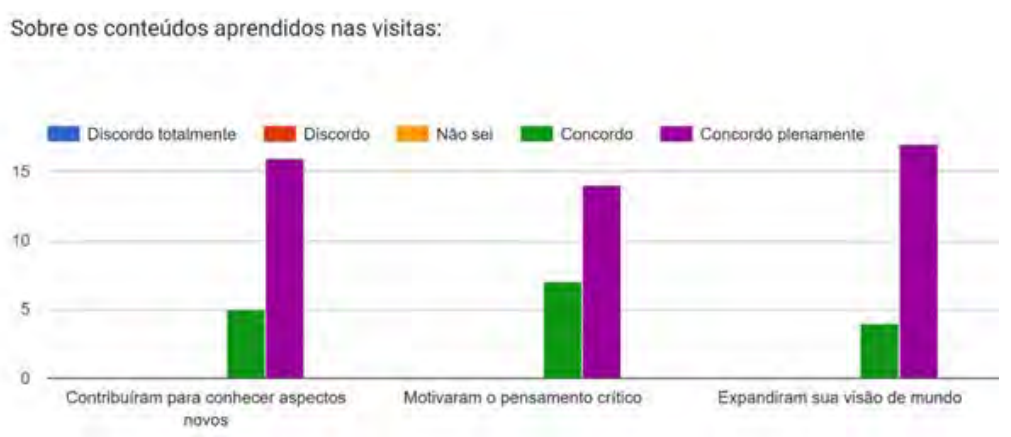
Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Figura 7 - Avaliação de satisfação e importância da Visita ao Museu AfroBrasil



Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Figura 8 - Ampliação dos conhecimentos por meio das visitas aos museus

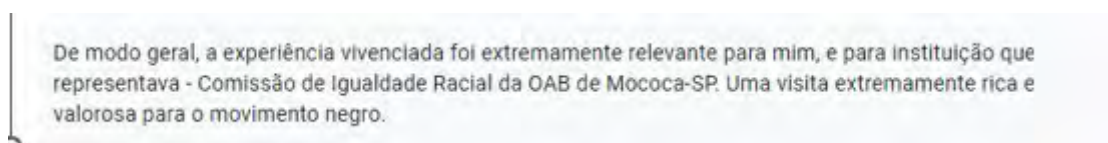


Fonte: Produção da autora (GARCIA, 2024).

Ao questionarmos quais aspectos das visitas foram úteis ou valiosos para os participantes, apontaram a importância do aprendizado de novos aspectos sobre a história e práticas culturais de povos tradicionais afro-brasileiros, a compreensão da origem africana de palavras da Língua Portuguesa. Sobre o contato com o conhecimento por meio da educação museal, foram destaques as apresentações de conteúdos didáticos de forma audiovisual e interativa e o processo educativo com a visita monitorada.

Um destaque foi a repercussão das visitas para participantes do Movimento Negro. Uma representante da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) relatou sua experiência como “extremamente relevante”, “rica e valiosa” para ela para o movimento. Em decorrência das visitas, a participante relatou que a visita realizada no projeto motivou a organização de visita a ambos museus por estudantes da cidade de Mococa, organizada por sua entidade representativa.

Figura 9 - Movimento das redes antirracistas como impacto do projeto de extensão



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

3ª etapa: Oficina sobre povos originários brasileiros

Em outubro, foi realizada a oficina sobre povos indígenas brasileiros, como atividade didática sobre a Lei 11.645/08, em parceria com o docente de Sociologia e Língua Portuguesa. Os participantes foram graduandos do curso de Licenciatura em História.

O objetivo da oficina foi proporcionar o conhecimento por meio de práticas de pesquisa e produção de material pedagógico pelos discentes. Utilizamos a metodologia ativa de rotação por estações. Os participantes foram divididos em grupos,

e cada estação continha materiais para análise com aspectos diversos sobre os povos indígenas brasileiros: 1) Dados estatísticos do IBGE, como população, densidade demográfica e políticas de proteção; 2) Literatura Indígena, como contos e poemas, 3) Arte indígena e 4) Lei 11.645/08 e seus impactos na educação básica. Após as rotações, a sistematização e socialização do conhecimento construído coletivamente ocorreu com a confecção do painel, que ficou exposto no ambiente de convivência da faculdade, durante os meses de outubro e novembro.

Figura 10 - Oficina sobre povos indígenas brasileiros pelos graduandos em História



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

Em avaliação realizada na disciplina de História Regional, perguntamos aos graduandos a seguinte questão, relacionando o desenvolvido na oficina: “Como o estudo feito na oficina, com base na Lei 11.645/08, promove um olhar renovado sobre a história dos povos originários, trazendo aspectos que vão além da questão territorial? Como esses aspectos contribuem para a história regional?”

Algumas respostas apontaram que a oficina trouxe um “olhar renovado” sobre a história e cultura dos povos originários:

Embora a questão territorial sempre tenha sido central nos debates sobre os povos originários, a Lei 11.645/08 propõe uma abordagem mais ampla, que vai além da disputa por terras, e sim mantendo o foco na valorização de aspectos culturais, sociais e históricos desses povos, promovendo um olhar renovado sobre sua presença e contribuição ao longo da formação do Brasil (Amaury Branco, 2024).

As riquezas de expressões artísticas foi um dos pontos fortes na vivência com a oficina, dando a dimensão da importância do contato com objetos, fontes e recursos de informação diversificados, que garantem a fundamentação de uma educação antirracista e inclusiva, conforme os preceitos das ODS 4 e 10:

A atividade construída na FEUC, fundamentado na Lei 11.645/08, proporciona uma visão mais ampla sobre os povos originários, indo além da questão territorial para destacar sua cultura, espiritualidade, organização social, arte e contribuições para a formação da identidade nacional. Nosso grupo ficou determinado a apresentar a “Arte Indígena”. Ao abordar elementos como a máscara macuxi, pinturas e utensílios, o grupo trouxe aspectos tangíveis da riqueza cultural indígena, permitindo uma conexão mais profunda com suas tradições e modos de vida. Esse tipo de atividade nos aproxima em suas devidas proporções a cultura dos povos originários, enriquecendo a história regional ao evidenciar como os povos indígenas influenciaram a cultura, o idioma e os costumes. Eles também ajudam a desconstruir estereótipos, já que cada grupo tem suas exclusividades artísticas e culturais, promovendo uma valorização mais justa e inclusiva das comunidades originárias e seu papel na história contemporânea (André Brambilla, 2024).

4ª Etapa : Mesas-redondas: “Educação para a justiça social” e “Roda de conversa - Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula”

As atividades foram realizadas no mês de novembro, de forma presencial e remota e integraram a I Jor-

nada de Estudos Pedagógicos da Faculdade Euclides da Cunha. O evento contou com público discente, docente e gestores da instituição, além de público externo.

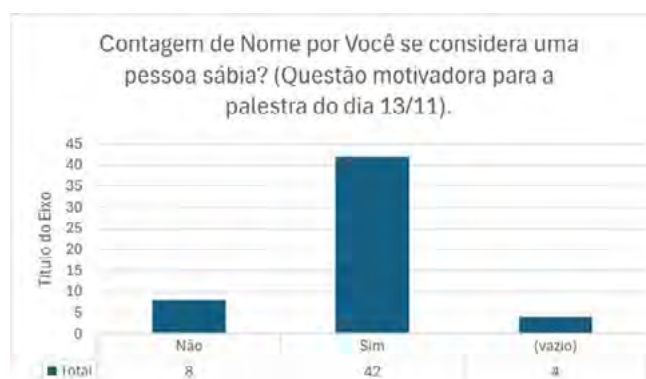
A mesa redonda “Educação para a justiça social” contou com a participação da coordenadora do projeto, que relatou a importância das práticas educacionais antirracistas para a promoção da justiça social, em conformidade à ODS 4 e 10, apresentando os principais resultados das atividades desenvolvidas até o momento.

Na atividade de *Roda de Conversa: Diálogos com a nossa ancestralidade: sabedorias da vida para a sala de aula*, o objetivo central foi chamar a atenção para as sabedorias e os conhecimentos oriundos das matrizes africanas e indígenas que também constituem a cultura brasileira. Reconhecer a sabedoria ancestral é um passo importante para a valorização do conhecimento dos discentes e da comunidade. De modo geral, sabemos que as instituições de ensino formal tendem a reproduzir um modelo de ensino centrado em conhecimentos que, muitas vezes, não conversam com a realidade dos educandos o que, por sua vez, dificulta a aprendizagem significativa e emancipatória. Produzir espaços de reflexão sobre conhecimentos e sabedorias ancestrais é necessário e contribui para uma guinada de pensamento que favoreça a educação integrada à natureza, isto é, respeitando todas as formas de vida.

Partindo do entendimento de que para implementação da legislação antirracista no contexto escolar é preciso que a comunidade escolar, sobretudo o/as docentes e gestores estejam atentos para as armadilhas do pensamento eurocêntrico que desconsidera a diversidade em nome da homogeneidade (Silva, 2017; 2020), realizou-se um encontro no qual essa temática foi abordada. A atividade foi pensada para promover um espaço que permitisse aos participantes treinar o olhar para reconhecer as sabedorias ancestrais existentes nas culturas afro-brasileiras e dos povos originários do Brasil.

No momento da inscrição na atividade de roda de conversa convidamos o público a responder a seguinte pergunta: Você se considera uma pessoa sábia?

Figura 11 - Pergunta motivadora



Fonte: Produção da autora (SILVA, 2024).

Foi possível perceber que o público participante já tinha uma percepção sobre a importância da sabedoria como mais um elemento de construção de sentido para a vida. Esta informação foi adensada com as concepções de sabedoria vinda de lideranças quilombola (Nego Bispo²) e de povos originários do Brasil (Luis Karai Hyapua e Carlos Papá³) por meio de vídeos nos quais falam sobre o tema. A ancestralidade também tem sido motivo de estudos no campo das ciências naturais, como foi possível perceber com o vídeo do cientista Fabio Scarano⁴ o qual discute como a ancestralidade também está presente na natureza (por meio de informações genéticas) que contribuem para a melhor adaptabilidade das espécies. A atividade de roda de conversa foi um momento muito rico de trocas, conceitos como ancestralidade, saberes tradicionais, integralidade, espiritualidade, relação humano e natureza foram abordados e discutidos sob a luz da educação. O que, certamente, contribuiu para que os participantes treinassem o olhar para reconhecer as sabedorias que estão presentes no ambiente escolar.

Figura 12 - Atividade remota - Roda de conversa



Fonte: Acervo pessoal de Ana Beatriz Maia Garcia (2024)

2 Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) foi um filósofo, poeta e líder quilombola. O vídeo apresentado e discutido está disponível em: https://www.instagram.com/reel/C0mh3UpPFOk/?utm_source=ig_web_button_share_sheet. Acesso em: 12 nov. 2024.

3 Luis Karai Hyapua: é uma liderança da Tekoa Nhandurupo Pygua; artesão, conhecedor das plantas medicinais e da espiritualidade Guarani Mbya. Carlos Papá é um líder e cineasta indígena do povo Guarani Mbya. O vídeo apresentado na atividade está disponível em <https://tinyurl.com/cp3dyh9w>. Acesso em: 12 nov. 2024.

4 Fabio Rubio Scarano é engenheiro florestal, professor titular de Ecologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O vídeo apresentado na atividade está disponível em: <https://tinyurl.com/2u27rdun>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o projeto de extensão atingiu seus objetivos, na medida que foram mensuradas a participação e as devolutivas dos participantes, demonstrando como as etapas de atividades ampliaram os conhecimentos sobre a história e a cultura dos povos tradicionais, corroborando para a formação antirracista dos futuros docentes e grupos de interesse.

O projeto permitiu expandir esses conhecimentos e sabedorias para além da sala de aula, colocando os participantes em contato com a cultura material dos povos tradicionais, como objetos religiosos, saberes e fazeres, e proporcionou reflexões sobre a necessidade de incorporar à prática docente e cidadã as leis 10.639/03 e 11.645/08, no ambiente escolar e em espaços não formais de educação.

Concluímos, ainda, que o projeto contribuiu para a efetivação de práticas pedagógicas baseadas nas ODS 4 e ODS 10, promovendo uma educação de qualidade, inclusão, diversidade e diminuição das desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRASIL (MEC). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 jan. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras**. In: **Supe-rando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 155-174.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP: raça, nação e branquitude** na universidade. Curitiba: Appris, 2020.

_____. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação. In: **Anais do 17º Congresso de leitura do Brasil (COLE)**. Campinas, SP: ALB, 2009, p. 1-9.